

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS DE LARANJEIRAS
DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA



RAPHAEL VLADMIR COSTA REIS

Sob a lupa de *Mnemosine*: apontamentos para a identificação e mapeamento dos museus de Sergipe

LARANJEIRAS - SE 2016

RAPHAEL VLADMIR COSTA REIS

Sob a lupa de *Mnemosine*: apontamentos para identificação e mapeamento dos museus de Sergipe

Monografia apresentada ao Curso de Museologia da Universidade Federal de Sergipe (Campus de Laranjeiras), no período letivo 2016.1, vindo a cumprir pré-requisito estabelecido pelo Departamento de Museologia para obtenção do título de Bacharel em Museologia. Orientadoras: Prof. Dr. Janaina Cardoso de Mello (Departamento de Museologia/UFS) e Prof. Msc. Priscila Maria de Jesus (Departamento de Museologia/UFS).

LARANJEIRAS - SE 2016

RAPHAEL VLADMIR COSTA REIS

Sob a lupa de *Mnemosine*: apontamentos para a identificação e mapeamento dos museus de Sergipe

Orientador: Prof.^a Dr.^a Janaina Cardoso de Mello

Co-orientador: Prof.^a. Msc.^a Priscila Maria de Jesus

Monografia submetida ao Curso de Graduação em Museologia da Universidade Federal de Sergipe (Campus de Laranjeiras) como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Bacharel em Museologia.

Banca Examinadora:

Profa. Dr. Janaina Cardoso de Mello (Presidente da Banca/ Orientadora – DMS/UFS)

Profa. Msc. Priscila Maria de Jesus (Co-orientadora – DMS/UFS)

Profa. Dra. Cristina de Almeida Valença Cunha Barroso (1^a Leitora crítica – DMS/UFS)

Profa. Dra. Andreza Santos Maynard (2^a Leitora crítica – CODAP/UFS)

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, eu gostaria de expressar toda a minha gratidão a Valdemir Reis e Edênia Mendonça Costa Reis, meus pais, agradecendo-os, desde já, pelo suporte concedido durante essa longa jornada acadêmica. A presente dedicatória é emitida de maneira especial, também, para Mara Jane, minha namorada, que acompanhou de perto todas as conquistas e aprendizados nesse período, tornando-se uma pessoa imprescindível para que eu continuasse a trilhar meu caminho pelo universo acadêmico e, sobretudo, pela vida.

Quero estender os meus agradecimentos inmensuráveis, ainda, a Professora Janaína Mello, orientadora responsável por me conduzir ao longo dessa caminhada, apresentando-me a universidade através das atividades de pesquisa, de diálogos sempre sinceros, convictos e eivados do mais puro conhecimento. Nesse sentido, quero enaltecer as colaborações da Profa. Priscila de Jesus, designada a co-orientação da monografia, além do apoio das agências de fomento COPES e CNPq, as quais disponibilizaram toda a estrutura necessária para o desenvolvimento dos projetos de pesquisas em que me mantive vinculado.

Aproveito o espaço, também, para agradecer imensamente a direção executiva do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, sob a presidência do Professor Samuel Albuquerque, por abrir as portas da “Casa de Sergipe” para que as minhas atividades de Estágio Curricular fossem realizadas em sua plenitude. Desse modo, não poderia deixar de citar os colegas Jhon Lennon, José Elvis, Jocelina, Leonice, Lívia, Fernanda, “Seu” Neném e Iunah, que conviveram comigo durante os três meses de atividades obrigatórias.

Por fim, explico meus sinceros e emocionados agradecimentos aos queridos amigos de curso, a quem serei eternamente grato pelos inesquecíveis momentos que compartilhamos. Romário Portugal, Marivalda, Reginaldo, Danilo, Josimari, Marina, Vitória, Rosely e Artêmis, serei eternamente grato a vocês!

RESUMO

A presente monografia consistiu em identificar e mapear os museus de Sergipe, imiscuindo enquanto premissa analítica o processo de construção do pensamento museológico brasileiro e os reflexos dessas dinâmicas conceituais/metodológicas na formação dos fazeres museológicos sergipanos, através das contribuições do IHGSE e, sobretudo, de José Augusto Garcez. A atividade visou, ainda, mediante a realização de estudos de caso descritivos e confecção de um site, conferir visibilidade as instituições sergipanas com perfil museal que não encontram-se cadastradas em meio a Política Nacional de Museus, coordenada pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), utilizando as colaborações deste manuscrito com vistas a empreender as articulações necessárias, a fim de mobilizar as vias competentes para que os espaços museais “incólumes” sejam devidamente assistidos, tendo em vista sua robusta parcela de contribuição direcionada ao campo cultural de nosso Estado. Para tanto, os procedimentos metodológicos que nortearam a pesquisa estenderam-se desde o levantamento bibliográfico e documental até a realização de pesquisas de campo em algumas regiões do Estado, visando coletar informações até então restritas aos testemunhos orais.

Palavras-chave: Pensamento museológico brasileiro; fazeres museológicos sergipanos; Museus de Sergipe.

ABSTRACT

The present monograph consisted to identify and map the museums of Sergipe, using while analytical premise the process of construction of the Brazilian museological thought and conceptual the dynamic reflexes of these/methodological ones in the training of them to make museological sergipanos, through the contributions of the IHGSE and, above all, of José Augusto Garcez. The activity aimed at, still, by means of the accomplishment of descriptive studies of case and confection of a site, to confer visibility the sergipanas institutions with museal profile that do not meet in way the National Politics of Museums registered, co-ordinated for the Brazilian Institute of Museums (IBRAM), using the cooperations of this manuscript with seen to undertake the necessary joints, in order to mobilize the competent ways so that “uninjured” the museais spaces duly are assisted, in view of its robust parcel of contribution directed to the cultural field of our State. For in such a way, the methodological procedures that had guided the research had been extended since the bibliographical and documental survey until the accomplishment of research of field in some regions of the State, aiming at to collect information until then restricted to the verbal certifications.

Keywords: Brazilian museological theory; sergipano’s museological theory; museums Sergipe.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Fachada do Museu Histórico de Sergipe.....	37
Figura 02 – Fachada do Museu de Arte Sacra de Sergipe (Catálogo do IHGSE).....	39
Figura 03 – Museu dos Ex-votos (Catálogo do IHGSE).....	40
Figura 04 – Fachada do Museu da Polícia Militar de Sergipe.....	41
Figura 05 – Fachada do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.....	43
Figura 06 – Entrada de acesso do Museu Galdino Bicho.....	43
Figura 08 – Expografia do Museu Galdino Bicho.....	43
Figura 09 – Fachada do Museu da Gente Sergipana.....	46
Figura 10 – Fachada do Museu Olímpio Campos.....	48
Figura 11 – Entrada de acesso ao CEMEL.....	49
Figura 12 – Expografia do CEMEL.....	50
Figura 13 – Expografia do CEMEL.....	50
Figura 14 – Expografia do Memorial do Teatro Sergipano.....	51
Figura 15 – Fachada do Memorial do Poder Judiciário.....	54
Figura 16 – Fachada da Biblioteca Pública Epifânio Dória.....	54
Figura 17 – Sala do Memorial Epifânio Dória.....	55
Figura 18 – Fachada do Instituto Dom Luciano Duarte.....	56
Figura 19 – Fachada do Memorial de Sergipe.....	57
Figura 20 – Fachada do Memorial da Bandeira.....	58
Figura 21 – Fachada do Palácio da Cidadania.....	59
Figura 22 – Sala do Memorial da Advocacia Sergipana.....	59

Figura 23 – Fachada da CCTECA Galileu Galilei.....	60
Figura 24 – Fachada da Galeria de Arte Álvaro Santos.....	61
Figura 25 – Fachada da Casa de Cultura João Ribeiro.....	62
Figura 26 – Fachada do Museu de Arte Sacra de Laranjeiras.....	63
Figura 27 – Fachada do Museu Afro-brasileiro de Sergipe.....	64
Figura 28 – Fachada da Casa de Folclore Zé Candunga.....	65
Figura 29 – Fachada do Museu Artístico e Histórico Antônio Nogueira.....	67
Figura 30 – Fachada da Filarmônica Nossa Senhora da Conceição.....	68
Figura 31 – Expografia do Museu da Música da Filarmônica Nossa Senhora da Conceição.....	69
Figura 32 – Expografia do Museu da Música da Filarmônica Nossa Senhora da Conceição.....	69
Figura 33 – Fachada do Museu do Cangaço.....	70
Figura 34 – Fachada do Memorial Histórico Otávio Aciolli Sobral.....	71
Figura 35 – Fachada do Museu Arqueológico de Xingó (Catálogo do IHGSE).....	73
Figura 36 – Fachada do Memorial Alcino Alves Costa.....	74
Figura 37 – Expografia do Memorial Alcino Alves Costa.....	75
Figura 38 – Expografia do Memorial Alcino Alves Costa.....	75
Figura 39 – Fachada do Memorial de Simão Dias.....	76
Figura 40 – Fachada do Museu Raimundo Fonseca.....	77
Figura 41 – Fachada do Memorial de Indiaroba.....	78
Figura 42 – Layout do site Museus de Sergipe.....	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEMEL – Centro de Memória Eleitoral Des. José Andrade Góes

CCTECA – Casa de Ciência e Tecnologia da Cidade de Aracaju

CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

ICOM – Conselho Internacional de Museus

IHGSE – Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

MABS – Museu Afro-brasileiro de Sergipe

MASC – Museu de Arte Sacra de São Cristóvão

MASL – Museu de Arte Sacra de Laranjeiras

MAX – Museu de Arqueologia de Xingó

MINOM - Movimento internacional para a Nova Museologia

MHN – Museu Histórico Nacional

MHS – Museu Histórico de São Cristóvão

MHSE – Museu Histórico de Sergipe

MUHSE – Museu do Homem Sergipano

MUSA – Museu de Antropologia

PMOC – Palácio Museu Olímpio Campos

SPHAN – Superintendência do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a educação, Ciência e Cultura

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. DAS PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES MUSEAIS À CONSTITUIÇÃO DAS COMPETÊNCIAS REGULADORAS: REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO MUSEOLÓGICO BRASILEIRO	
2.1. Breve análise sobre as origens dos museus.....	17
2.2. Do Museu Nacional do Rio de Janeiro ao Museu Histórico Nacional: o surgimento do pensamento museológico brasileiro.....	20
2.3. Entre os avanços e recuos da política cultural nacional: a criação do SPHAN enquanto instrumento de institucionalização dos museus brasileiros.....	23
3. O MOVIMENTO DE RENOVAÇÃO DOS MUSEUS E O SURGIMENTO DOS FAZERES MUSEOLÓGICOS SERGIPANOS	
3.1. Apontamentos sobre o movimento de renovação dos museus no Brasil.....	29
3.2. A construção do pensamento museológico sergipano através das atuações do IHGSE e José Augusto Garcez.....	32
3.2.1. Entre os filões do IHGSE: breves reflexões sobre a primeira instituição museológica de Sergipe.....	32
3.2.2. Fragmentos biográficos de um intelectual engajado.....	33
3.2.3. Museu de Arte e Tradição: a magnânima obra de José Augusto Garcez.....	35
4. SOB A PROTEÇÃO E SALVAGUARDA DE MNEMOSINE: ANÁLISE DA IDENTIFICAÇÃO E MAPEAMENTO DOS MUSEUS SERGIPANOS	
4.1. Museus da Grande Aracaju	
4.1.1. Museus de São Cristóvão	
4.1.2 Museu Histórico de Sergipe.....	37
4.1.3. Museu de Arte Sacra de Sergipe.....	38
4.1.4. Museu dos Ex-votos.....	40
4.1.5. Museu da Polícia Militar.....	41

4.2. Museus de Aracaju	
4.2.1. Museu Galdino Bicho.....	42
4.2.2. Museu do Homem Sergipano.....	44
4.2.3. Museu da Gente Sergipana.....	46
4.2.4. Palácio Museu Olímpio Campos.....	47
4.2.5. Centro de Memória Des. José Andrade Góes.....	49
4.2.6. Memorial do Teatro Sergipano.....	51
4.2.7. Memorial do Poder Judiciário.....	53
4.2.8. Memorial Epifânio Dória.....	54
4.2.9. Memorial Dom Luciano Duarte.....	56
4.2.10. Memorial de Sergipe.....	57
4.2.11. Memorial da Bandeira.....	58
4.2.12. Memorial da Advocacia Sergipana.....	59
4.2.13. CCTECA Galileu Galilei.....	60
4.2.14. Galeria Álvaro Santos.....	61
4.3. Museus de Laranjeiras	
4.3.1. Casa de Cultura João Ribeiro.....	62
4.3.2. Museu de Arte Sacra.....	63
4.3.3. Museu Afro-brasileiro de Sergipe.....	64
4.3.4 Casa de Folclore Zé Candunga.....	65
4.4. Museus da Região Agreste	
4.4.1. Museu Artístico e Histórico Antônio Nogueira.....	66
4.4.2. Museu da Música da Filamônica Nossa Senhora da Conceição.....	68
4.4.3. Museu do Cangaço de Sergipe.....	70
4.5. Museus do Leste Sergipano	
4.5.1. Memorial Histórico Otávio Aciolli Sobral.....	71
4.6. Museus do Alto-Sertão	
4.6.2. Museu Arqueológico de Xingó.....	72
4.6.2. Memorial Alcino Alves Costa.....	74
4.7. Museus do Centro Sul Sergipano	
4.7.1. Memorial de Simão Dias.....	75
4.8. Museus do Sul Sergipano	
4.8.1. Museu Raimundo Fonseca.....	77

4.8.2. Memorial de Indiaroba.....	78
4.9. Mapeamento dos Museus de Sergipe.....	78
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
6. REFERÊNCIAS.....	86

1. INTRODUÇÃO

Partindo de pressupostos etimológicos, o termo museu é oriundo do grego *mouseion*, expressão que caracteriza o templo das nove musas, estreitamente vinculado às pesquisas e extroversão do saber filosófico. Segundo a literatura museológica, as musas configuravam-se, sob a perspectiva mitológica, como “as filhas que Zeus gerara com *Mnemosine*, a divindade da memória. As musas, donas da memória absoluta, imaginação criativa e presciência, com suas danças, músicas e narrativas, ajudavam os homens a esquecer ânsias e tristezas”. (SUANO, 1986, p. 09).

Não obstante a comedida sintetização acerca da terminologia dos museus, é sabido que suas especulativas práticas teórico-metodológicas pré-científicas foram estagnadas durante a Idade Média. Nos idos do século XV, contudo, coleções privadas intituladas Gabinetes de Curiosidades emergiram com o advento do movimento Renascentista, que foi impulsionado, por sua vez, pela prática antiquarista.

A priori, ainda imersos em rudimentar aplicabilidade prática e metodológica, os Gabinetes eram incumbidos de armazenar, desprovidos de quaisquer princípios classificatórios, objetos exóticos provenientes de continentes recém-descobertos. Esses artefatos, de acordo com as correntes reflexivas do período, eram considerados instrumentos representativos da pujança de seus detentores.

Em escala gradativa, as coleções apropriaram-se de diretrizes organizacionais consoantes a uma ordem atribuída à natureza, dialogando com os avanços das premissas científicas que emergiram no decorrer dos séculos XVII e XVIII. No Brasil, o advento das instituições museais é datado do século XIX e seguiu, guardadas as devidas proporções, a mesma trajetória dos museus europeus.

Nessa perspectiva, então, o presente exercício monográfico consistiu em identificar e mapear os museus sergipanos, enfatizando aqueles que não possuem cadastro junto ao IBRAM e suas competências¹. Através da realização de estudos de caso descritivos, objetivou-se, também, contribuir para o conhecimento e

¹ Nesse nicho, podemos inserir a Política Nacional de Museus e o Sistema Brasileiro de Museus, criados em 2003 e 2004, respectivamente.

visibilidade de nossas instituições museológicas, utilizando, a *posteriori*, um site para disponibilizar todas as informações necessárias com vistas a promover o pleno reconhecimento desses espaços. Tomaremos como eixo analítico e contextual, para tanto, as transformações de ordem estrutural/conceitual infligidas aos museus brasileiros até a década de 80, período notabilizado pela criação de novos espaços museais em ampla escala, sobretudo em Sergipe.

Desse modo, faz-se necessária uma breve descrição sobre as circunstâncias que implicaram na abordagem do presente objeto de estudo. Para além de atribuir visibilidade às instituições museais sergipanas que transitam pelo anonimato desde os primeiros anos de fundação, a presente monografia envereda-se pelos estudos de caso descritivos, versando sobre aspectos como histórico, missão institucional e composição do acervo dos demais museus sergipanos que se encontram distribuídos por seis regiões de Sergipe, conforme as prospecções realizadas no decorrer da pesquisa.

Por conseguinte, mas não menos relevante, é de grande valia enaltecer à atuação das atividades congêneres que inspiraram o desenvolvimento do presente exercício monográfico, ações nas quais suas diretrizes operaram com intuítos similares, destacando-se, nesse aspecto, a atribuição de notoriedade aos museus que transitam pelo anonimato e realização de um estudo de caso descritivo sobre espaços museais cuja atuação é deveras “consagrada”.

Sendo assim, destaca-se um empreendimento intitulado “Museus do Rio”², o qual consistiu em desenvolver pesquisas e documentações impressas, visando a atribuição de conhecimento e visibilidade aos museus do Rio de Janeiro. É imprescindível registrar, também, a parcela de contribuição disponibilizada pelo projeto de pesquisa “Museus de Sergipe”, sob a coordenação da Professora Janaína Mello, que norteou e fundamentou preponderantemente a elaboração deste manuscrito, servindo de desdobramento para a construção do presente exercício monográfico.

Visando, pois, alcançar os resultados propostos elencamos as seis regiões que integraram as etapas de análise empírica. Encontram-se, dentre elas, o Agreste Central - sede em Itabaiana; Alto Sertão – sede em Canindé; Centro Sul - sede em

² De acordo com as informações do site, Museus do Rio é um “projeto de utilidade pública concebido para valorizar os museus do Estado do Rio de Janeiro e estimular a sustentabilidade local e regional, com foco na memória, na cultura e no patrimônio no Estado do Rio de Janeiro.”

Lagarto; Sul Sergipano – sede em Boquim; Leste Sergipano - sede em Socorro e Grande Aracaju.

Diante do exposto, para discorrer sobre o objeto de estudo em pauta, o presente exercício monográfico dialoga, na condição de lastro teórico preliminar, com autores que versam sobre as primeiras definições de museu, assim como Marlene Suano em seu livro “O que é Museu?”, tencionando narrar à trajetória evolutiva dos museus no plano internacional, segundo a qual:

O museu era uma instituição ideal para abrigar as coleções necessárias às Ciências Naturais para suas tarefas classificatórias. Por outro, era também a instituição ideal para espelhar as mudanças em curso na sociedade europeia. A burguesia, a exemplo da aristocracia, começou a fazer uso do museu como palco para as suas conquistas (SUANO, 1986, p. 37).

Em um segundo momento, utilizar-se-á, dentre outras representações, o conceito de patrimônio e identidade nacional formulado por Mário de Andrade e Gustavo Barroso, sob a perspectiva de Regina Abreu e outros autores, a fim descrever o impacto da evolução dos museus tupiniquins enquanto instrumento simbólico para o surgimento de uma identidade genuinamente brasileira, associado diretamente à construção do pensamento museológico nacional.

Fez-se necessário dialogar, também, com as acepções de Mário Chagas, tendo em vista suas breves análises sobre as correntes reflexivas que possibilitaram o processo de renovação estrutural dos museus brasileiros. Tal metamorfose foi responsável, em uma escala *lato sensu*, por ampliar o raio de atuação dos espaços museais nacionais, inserindo-os como elementos fundamentais na formação de identidades coletivas.

Posto isto, com objetivo de narrar a construção do pensamento museológico sergipano enquanto ponto de inflexão para um cenário de renovação na Museologia do nosso estado, o presente estudo incurvou por uma análise biográfica de José Augusto Garcez e reiterou suas contribuições para o desenvolvimento do referido campo do conhecimento em Sergipe, partindo das colaborações do IHGSE, representado pelo Museu Galdino Bicho. Para tanto, foi necessário recorrer as produções de Cláudio Jesus Santos e Verônica Maria Meneses Nunes. Através dessa extensa análise, portanto, poderemos compreender o contexto que propiciou o nascimento dos fazeres museológicos sergipanos e a consequente criação de seus museus, através dos processos de identificação e mapeamento.

No que concerne aos procedimentos metodológicos, foram elencados métodos e técnicas científicas que auxiliaram a prática de aglutinar dados e registros da pesquisa. Nessa perspectiva, os critérios quantitativos tornaram-se preteridos pelos princípios qualitativos, visando à utilização de informações com uma maior carga de consistência. A primeira etapa da pesquisa consistiu em uma revisão da bibliográfica, objetivando a fundamentação teórica necessária para o desenvolvimento das reflexões discriminadas no manuscrito.

Durante a segunda etapa, por sua vez, adotou-se um método investigativo imprescindível: a pesquisa de campo. Nesse sentido, os estudos foram realizados diretamente com as fontes informativas, proporcionando a sistemática coleta de informações, utilizando, posteriormente, algumas entrevistas semiestruturadas.

O plano de redação do manuscrito, portanto, foi composto por três capítulos. O capítulo I, a rigor, elucidou o processo de constituição dos primeiros museus brasileiros, tomando como eixo analítico as discussões que se debruçam sobre as origens das instituições museais no plano internacional. Por conseguinte, enfatiza o advento das políticas culturais que as delinearam nos idos dos séculos XX, analisando, sobretudo, as consequências da implementação dessas diretrizes no âmbito dos fazeres museológicos no Brasil.

O segundo capítulo narrou, *a priori*, a construção dos extratos teóricos para a consolidação do movimento de renovação dos museus nacionais, abordando, em um segundo momento, o processo de construção do pensamento museológico em Sergipe, a partir das contribuições do IHGSE e de José Augusto Garcez, seu ideólogo patrimonial mais proeminente.

Já o derradeiro capítulo, por sua vez, tornou públicos os estudos de caso descritivos desenvolvidos nas instituições museais, que estão distribuídas por seis regiões do estado, enquanto esforço de análise para promover a identificação e o mapeamento dos museus de Sergipe.

2. DAS PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES MUSEAIS À CONSTITUIÇÃO DAS COMPETÊNCIAS REGULADORAS: REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO MUSEOLÓGICO BRASILEIRO

A presente seção elucida as etapas constitutivas que remetem a trajetória de institucionalização dos museus, debruçando-se sobre os aspectos históricos versam sobre suas origens, até o seu processo de consolidação enquanto órgão institucional. Em segunda instância, discutir-se-á os impactos dessa institucionalização no âmbito dos museus do Brasil, promovendo uma interpretação analítica acerca das tendências ideológicas que fundamentaram a construção do pensamento museológico brasileiro.

A abordagem que narra os acontecimentos da conjuntura internacional/nacional, portanto, configura-se como um instrumento de investigação imprescindível, haja vista ser inexequível concretizar os objetivos propostos por este manuscrito preterindo a perspectiva comparada.

2.1. Breve análise sobre as origens do museu

Conforme as narrativas da literatura museológica, as instituições museais são procedentes da Grécia antiga e eram comumente alcunhadas, dentre alguns sinônimos que lhe foram atribuídos, de *mouseion*. Na terra dos helênicos, a “casa das musas” configurava-se como um polimórfico espaço de atuação, pois consistia numa mistura entre templo e instituição de pesquisa, onde debruçava-se sobre os aspectos do saber filosófico.

Nos idos do século II a.C., em meio ao progresso do Egito antigo, a dinastia dos Ptolomeus, proprietária de um incomensurável patrimônio financeiro, foi responsável pela criação do primeiro *mouseion* de Alexandria, o qual se voltava exclusivamente para a extroversão das práticas enciclopédicas.

Não obstante o *modus operandi* que visava à disseminação do conhecimento, o templo da capital egípcia era detentor de estátuas, obras de arte, instrumentos cirúrgicos, pele de animal e minérios procedentes de geografias longínquas; dispunha, também, da famosa biblioteca, que carregara consigo o nome da cidade, além de um observatório, jardim botânico, refeitório e zoológico.

Podemos ressaltar, ainda, uma vez que a periodização em pauta alude a antiguidade, as atividades desenvolvidas pelos romanos, cuja datação remete ao século III a.C. As coleções romanas eram, para efeito de análise, passíveis de visitação e algumas delas, segundo os testemunhos de documentos antigos, apresentavam-se disponíveis para o deleite do público (ALMEIDA, 2001).

Para além da representação de riqueza e apreço pelos artefatos a postos no seio das "exposições", a prática colecionista romana apresentava outro fim: reafirmar o poderio militar de suas impetuosas tropas, exibindo os objetos ceifados de outras geografias ao longo de suas expedições militares.

Já no transcorrer da Idade Média, o colecionismo aglutina-se, sobretudo, sob os auspícios da igreja, que acumulou objetos procedentes da população e realeza. Com efeito, a instituição religiosa constituiu a formação de robustos tesouros e consolidou-se como uma das entidades mais influentes e poderosas do globo, principalmente no âmbito político-econômico. Em escala gradativa, no entanto, a instituição religiosa foi perdendo o monopólio exercido sobre a atividade, sobretudo através da ação de alguns monarcas que conduziram o processo de traslado, a fim de constituir um conjunto privado de bens.

Em meados do século XV, período no qual o colecionismo fora amplamente difundido na Europa, o homem estava imerso em grandes transformações de ordem ideológica, reflexo da aura científica e humanista do Renascimento, bem como das grandes navegações. Nesse ínterim, a Europa descobriu o "novo mundo" e as coleções principescas, cujas origens remontam ao século XIV, que eram constituídas de artefatos exóticos provenientes dos continentes asiático e americano, além, é claro, das representações artísticas financiadas pelas famílias nobres.

Não obstante as coleções que operavam como face representativa do ímpeto político-econômico, foi registrada uma grande profusão dos Gabinetes de Curiosidades e suas coleções científicas, que receberam a alcunha de museu. Conforme atesta Letícia Julião (2011), historiadora e mestre em Ciência Política, os Gabinetes consistiam em:

Centros formados por estudiosos que buscavam simular a natureza em gabinetes que reuniam grande quantidade de espécies variadas, objetos e seres exóticos vindos de terras distantes, em arranjos quase sempre caóticos. Com o tempo, tais coleções se

especializaram. Passaram a ser organizadas a partir de critérios que obedeciam a uma ordem atribuída a natureza, acompanhando os progressos das concepções científicas dos séculos XVII e XVIII (JULIÃO, 2011, p. 02).

Nesse sentido, as instituições em tela rechaçaram o *modus operandi* que visava dirimir, exclusivamente, eventuais curiosidades e voltaram-se, então, para as atividades de pesquisa, assentadas nos preceitos mecanicistas do cientificismo. As citadinas coleções, constituídas entre os séculos XVII e XVIII, foram transformadas em museus, porém, em sua gênese, permaneciam restritas a fruição dos respectivos proprietários e pessoas que integravam os seus restritos círculos de relacionamento. Nos idos do século XVIII, entretanto, foi propugnado o acesso público às coleções, implicando, assim, no surgimento dos primeiros museus nacionais.

Conforme atesta Julião (2011) *apud* Choay (2001), o aparato conceitual de museu emergiu com a deflagração da Revolução Francesa, através da construção de políticas preventivas de proteção voltadas para a preservação do patrimônio francês. Esses decretos e instruções, portanto, disponibilizaram as diretrizes basilares para o desenvolvimento e consolidação de estruturas jurídica e técnica inerentes à proteção dos futuros bens móveis e seus respectivos espaços de socialização.

A constituição desse dispositivo jurídico, para efeito de análise, proporcionou o surgimento de dois processos díspares. O primeiro, sob a devida depuração operada pela cronologia, consistiu em transferir os bens pertencentes ao clero, coroa e emigrados para a nação; o derradeiro, por sua vez, tencionou desconstruir o amálgama ideológico da grande fração desses bens, em meados de 1792, sob a supervisão do governo revolucionário.

No âmbito da desarticulação do modelo absolutista, o governo provisório criou estratégias para compatibilizar o conjunto de artefatos que foi incorporado à herança coletiva da nação, conforme os anseios e perspectivas do povo, para que estes atribuíssem novos significados e funcionalidades aos bens recuperados. Os citadinos bens, então, seriam amplamente alocados em depósitos abertos ao público, que desenvolveriam suas atividades sob o título de museu. O propósito, a rigor, era utilizar esses museus enquanto espaços privilegiados para materializar a herança coletiva nacional, preconizando a história e o civismo, mediante a larga instalação de instituições museológicas em todo o território francês.

Em fins do século XVIII, de acordo com a interpretação analítica deste período estigmatizado pela deflagração da Revolução Francesa, é sabido que o cidadão aparato revolucionário expediu os dispositivos necessários para a acepção moderna do fenômeno museu, que foi lastreado enquanto instrumento simbólico para constituir novos parâmetros e tendências vinculadas à identidade nacional, consolidando, desse modo, a legitimação dos Estados Nacionais.

Entretanto, a representação conceitual de museu, conforme Suano (1986), ratificou-se no século XIX, quando da profusão de relevantes museus no velho continente, dentre os quais destacamos o Museu Real dos Países Baixos (1808), localizado em Amsterdã; o Museu do Prado (1810), em Madri; o Altes Museum (1852), em Berlim; e, enfim, o Museu Britânico (1753), em Londres.

Para além dos objetos que operavam como matrizes para a construção das nacionalidades, diversos museus aglutinavam acervos provenientes do período de colonização dos continentes americano e asiático. Nesse ínterim, expedições de natureza científica incursaram pelos territórios sob ocupação das potências europeias e consistiam, sobretudo, em promover um minucioso estudo investigativo sobre os aspectos etnográficos e naturais daqueles locais, a fim de constituir coleções associadas à Arqueologia, Mineralogia e Zoologia. Estas, então, eram encaminhadas para os principais museus europeus.

2.2. Do Museu Nacional do Rio de Janeiro ao Museu Histórico Nacional: o surgimento do pensamento museológico brasileiro

No Brasil, as instituições museológicas, assim como no velho continente, emergem em meados do século XIX³ mediante as intervenções perpetradas pelo Reis D. João XVI, que criou o Museu Nacional, em 1818. O primeiro templo dos fazeres museológicos do Brasil, com efeito, era detentor de um acervo primevo, visto que era composto por uma coleção de história natural concedida pelo chefe do trono.

Nessa perspectiva, o período oitocentista no bojo cultural brasileiro foi marcado, também, pela criação de duas outras instituições museológicas, a saber:

³ Para Andrea Considera (2011), o surgimento do primeiro museu do Brasil remete a 1818, através da criação do Museu Real, que, posteriormente, passaria a se chamar Museu Nacional do Rio de Janeiro.

o Museu Emílio Goeldi, no Pará, em 1871; e o Museu Paulista, nos idos de 1893, quando da vigência do regime republicano (CONSIDERA, 2011).

Os citadinos museus, portanto, configuravam-se como face representativa do conhecimento científico produzido no período e lastrearam ações museológicas específicas, implicando na constituição de espaços híbridos, pois adaptaram o modelo europeu à realidade local. Desse modo, os museus em tela orientavam-se sob um viés operacional que versava sobre as práticas etnográficas, fundamentadas nos parâmetros científicos mecanicistas do século XIX.

Segundo Andrea Fernandes Considera (2011), no período oitocentista, consolidaram-se dois modelos de museus no mundo. A priori, emergiram instituições museológicas orientadas, sobretudo, pela história e cultura nacional, tornando-se espaços privilegiados de cunho celebrativo, enaltecendor. Em segunda instância, a rigor, foram constituídos museus alicerçados em consonância com a face ortodoxa do movimento científico do período, enfatizando a Pré-história, Etnologia e a Arqueologia.

Em terras brasileiras, sob o título de “Museus Enciclopédicos”, esse modelo de instituição museal, caracterizado por debruçar-se sobre os diversos aspectos do conhecimento científico, atuou até as décadas de 20 e 30 do século XX, após a apropriação de novas correntes científicas que preteriram os alicerces reflexivos das primeiras teorias evolucionistas.

O discurso implementado pelos supracitados museus eram desprovidos, em seu eixo discursivo, da temática nacional. No entanto, eles expandiram seus espaços expressivos de possibilidades e disponibilizaram sua parcela de contribuição para a construção simbólica da nação brasileira mediante a utilização de acervos e coleções que exaltavam a pujança da fauna e flora dos trópicos (SANTOS, 2011).

Não obstante a coexistência de dois modelos institucionais distintos, é em 1922, ano de criação do Museu Histórico Nacional, que a problematização voltada para a formação duma identidade nacional genuinamente brasileira é evidenciada.

Diante do exposto, Maria Célia Teixeira Moura (1996) atesta que às discussões acerca da questão nacional adquiriram ampla escala de relevância a partir do início do século passado, quando da efetiva participação do Poder Legislativo na constituição dos museus.

Assim é que, por sua iniciativa e colaboração, são estruturados os museus brasileiros, em âmbito federal e local, a exemplo do MHN, situado na cidade do rio de Janeiro – Decreto nº 15.546, de agosto de 1922; Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro, que teve origem na proposição formulada na Câmara Municipal, em 22 de abril e foi instalado em 1934; Museu do Diamante, na cidade de Diamantina, Minas Gerais – Lei nº 200, de 12 de abril de 1954, entre outros (MOURA, 1996, p. 65).

Para além das articulações advindas do Governo Federal, que implicaram na criação do MHN, marco do pensamento museológico brasileiro, faz-se necessário ressaltar às ações perpetradas por alguns intelectuais tupiniquins, que reiteravam a missão dos museus enquanto antro ideológico para assegurar o caráter unitário da nação. Dentre os principais, encontrava-se Gustavo Barroso, destacado estudioso do patrimônio brasileiro, responsável por acionar os veículos de imprensa para problematizar a contundente perda de valores estéticos, culturais e históricos, que, segundo ele, acentuava-se no Brasil durante as primeiras décadas do século XX, visando a implementação de uma perspectiva preservacionista (ABREU, 1991, p. 94). Barroso, portanto, utilizou o MHN, instituição que presidiu de 1922 a 1959, como matriz irradiadora das tendências ideológicas que transitavam pela comunidade intelectual naquele período.⁴

Nesse íterim, sob a direção do referido integrante do campo de produção simbólica, o MHN suprimiu a face ortodoxa da tradição enciclopédica e fez emergir uma instituição museal cujo propósito consistia em construir o viés representativo da nacionalidade, através da narrativa expográfica irradiada pelas coleções dispostas. Ao transcender a concepção de um espaço privilegiado voltado, exclusivamente, para produzir conhecimento, a instituição em tela atuava como um templo no qual disseminava os principais aspectos da história considerada oficial, onde seus objetos documentavam o processo de evolução cultural do Brasil, fenômeno iminentemente associado às elites nacionais.

Por conseguinte, tendo em vista a veemente parcela de contribuição disponibilizada pelo MHN a nossa seara cultural, apesar de seus discursos eivados de determinismos geográficos, à instituição transformou-se em um modelo

⁴ Para saber mais sobre a trajetória de GB, ver Gustavo Barroso, o Führer brasileiro: nação e identidade no discurso integralista barrosiano de 1933-1937.

referencial para os demais museus brasileiros, instalando, em 1932, o primeiro curso de Museologia do país.

De acordo com Regina Abreu (1996), sob a coordenação de Gustavo Barroso, que ministrou os cursos entre 1932 e 1959, o MHN notabilizou-se pela formação e capacitação de profissionais em museus, cujo raio de atuação irrompeu por todas as entidades museológicas do país. No âmbito desta perspectiva, os espaços museológicos concebidos a partir desse período de ruptura carregaram consigo uma política institucional voltada, sobretudo, para o enaltecimento da memória nacional enquanto eixo aglutinador da coesão e integração social, obstruindo a perspectiva cultural heterogênea de um país com proporções continentais.

Não obstante a criação do curso de Museologia, o advento dos novos museus no Brasil foi potencializado devido às estratégias efetivas da Superintendência do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional, fundada na segunda metade da década de 30.

2.3. Entre os avanços e recuos da política cultural nacional: a utilização do SPHAN enquanto instrumento de institucionalização dos museus brasileiros

A criação da Superintendência do Patrimônio Artístico e Nacional (SPHAN) é compreendida, de acordo com as proposições consensuais da literatura museológica, como uma intervenção deveras estratégica e contundente no que se refere à consolidação da política cultural nacional nos anos 30. A implementação do referido projeto representava o ensejo do Estado Vargasista, instaurado nos princípios da citadina década, em potencializar a construção de um viés identitário mediante as ações infligidas pelas figuras mais proeminentes do Movimento Modernista de 1924.

Deve-se atribuir ao processo de criação do SPHAN, também, a incessante avidez dos intelectuais brasileiros em sobrepor-se, segundo Moura (1996), ao “atraso” do país através da via cultural, promovendo a atualização da produção local em um esforço de associação com as tendências vigentes na Europa.

Diante do exposto, faz-se necessária, portanto, uma breve análise acerca das políticas voltadas para a ascensão cultural durante o império e, sobretudo, no transcorrer do período republicano, a fim de compreender as diretrizes que precederam e fundamentaram a criação do SPHAN.

Durante o império, os elementos que constituíram a simbologia da nação remetiam a exuberância dos trópicos, as cores da bandeira e ao índio, cujo enaltecimento se deu após o seu sistemático extermínio, principalmente por ser compreendido enquanto parte constitutiva da natureza e não do gênero humano. Para Moura (1996), os povos indígenas foram “eleitos como uma espécie de emblema desta nova nação que, ao sul do Equador, copiava as alegorias das ‘nações civilizadas’ e adentrava na era do progresso” (MOURA, 1996, p. 37).

No afã de intensificar os moldes de uma nação homogênea, os ideólogos da corte enveredaram-se na criação de uma historiografia oficial, na qual narraria-se a memória de um “povo unificado” que estava prestes a emergir. As tradições inventadas pelos integrantes do campo de produção simbólica, entretanto, operaram sob eficiência precária e obsoleta, sendo incapazes de promover a unicidade da nação.⁵

Após a instauração da república, exercício de governo responsável pela legitimação de uma nova vertente político-econômica, o bojo cultural nacional dinamizou-se a partir da ostensiva participação do Estado autocrático pós-trinta, pavimentando a trajetória de ações afirmativas voltadas, sobretudo, para a institucionalização do patrimônio cultural, incluindo, nesta seara, os museus.

Estas intervenções, portanto, consubstanciavam o desejo permanente de construir uma genuína identidade nacional formulada pelos militantes do Movimento Modernista, em princípios da década de 20, conforme abordado anteriormente. Para essa geração de intelectuais, tratava-se de “construir uma identidade alicerçada em uma cultura tipicamente brasileira, o que representou valorizar o passado e as tradições nacionais, num esforço de conciliação do antigo com o novo” (MORAIS, 1988, p. 23).

Segundo o autor (1988), ainda, a redescoberta dos princípios estéticos do Barroco e, principalmente, do passado colonial pelos modernistas, reflexo de várias incursões empreendidas pelo interior do país, foi responsável por suscitar a necessidade de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro.

Partindo destes pressupostos, algumas ações afirmativas procedentes do governo central prontificaram-se a desempenhar intervenções preservacionistas

⁵ Já que elementos como a bandeira e alguns rituais cívicos não se tornaram eficientes enquanto agentes unificadores, forja-se o conceito de que a miscigenação era, por definição, o hiato unificador da nação.

desde a década de 20, destacando-se, nesse nicho, a Inspetoria de Monumentos, em 1923, bem como o Serviço de Proteção aos Monumentos Históricos e Obras de Arte, em 1934. Portanto, a atuação desses órgãos, assim como a do MHN, estava voltada para conceber o patrimônio e a história como vertentes alicerçadas para o conhecimento e culto a tradição, enaltecendo os elementos patrióticos e morais, além de reafirmar uma perspectiva nacionalista e saudosista do passado da nação.

Entretanto, a criação do SPHAN⁶, articulação que estava inserida no bojo do Estado autoritário varguista, desconstruiu, sob um viés restrito as premissas teóricas, a representação conceitual de patrimônio de outrora, contribuindo para o surgimento de ostensivos litígios entre facções intelectuais que entraram em rota de colisão na busca pelo monopólio sobre as definições de passado, patrimônio e nação. Conforme Mariza Veloso Motta Santos (1996), o grupo liderado por Rodrigo Franco Melo de Andrade, profundo representante do viés Modernista, ensinava, para além de restaurar os testemunhos do passado, promover sua releitura e associar a preservação do patrimônio à construção de uma nacionalidade.

Para esses intelectuais, processo de construção nacional não fora ainda concluído. A nação constituía um projeto emergente, no qual o patrimônio participava como promessa de acesso ao passado e ao futuro (SANTOS, 1996, p. 13).

O grupo que permaneceu sob a égide de Gustavo Barroso e José Mariano, no entanto, utilizou suas perspectivas conceituais enquanto instrumento legitimador para rechaçar o ideário passadista e romântico dos modernistas, compreendendo o patrimônio como uma imponente tradição, que deveria ser devidamente exaltada e reproduzida pelo presente. Não obstante os embates ideológicos entre as referidas congregações intelectuais, é correto afirmar que a definição consensual de patrimônio era inexistente entre os próprios formuladores do projeto responsável pelo advento do SPHAN.

Atendendo a uma recomendação de Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde, em 1936, ano que precedeu a criação da Superintendência,

⁶ De acordo com Yvonne Archanjo (2010), “o SPHAN, que passa a ter a denominação de IPHAN, em 1970, foi criado pelo decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 e é o órgão responsável pela identificação, documentação e promoção do patrimônio cultural brasileiro. O órgão deveria organizar através da fiscalização e proteção o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no Brasil considerados exemplares da história com inestimável valor arqueológico, bibliográfico e artístico” (ARCHANJO, 2010, p. 05).

Mário de Andrade constituiu o anteprojeto do órgão, no qual manifestou seu profundo desejo em institucionalizar uma política de patrimônio para o país, aglutinando suas mais variadas categorias de manifestação cultural.

Para tanto, sugeriu a criação de quatro grandes museus enquanto espaços privilegiados para a preservação da cultura do povo, através das atribuições educativas que poderiam exercer. As práticas implementadas pelo SPHAN, todavia, transgrediram as resoluções normativas propostas por Mário de Andrade e oficializaram uma representação conceitual de patrimônio sob uma perspectiva *stricto sensu*, associada, sobretudo, ao universo simbólico das elites, além de priorizar o critério exclusivamente estético dos bens culturais (SANTOS, 1997).

No que concerne às contribuições ao campo da Museologia, a atuação do órgão é considerada incólume.⁷ Contudo, ações afirmativas de grande valia pavimentaram novas alternativas para os museus brasileiros, como, por exemplo, a adoção de políticas que buscavam obstruir a saída de acervos do país, bem como a oficialização de uma emenda constitucional que previa a criação de novos museus nacionais.

Foram criados, a princípio, o Museu de Belas Artes, localizado no Rio de Janeiro, em 1937, designado a aglutinar o acervo da Academia de Belas Artes; o Museu da Inconfidência, em Ouro Preto (1938), reunindo um acervo que versava sobre o *modus operandi* daquele movimento, bem como da arte barroca; além do Museu das Missões, no Rio Grande do Sul, em 1940; e o Museu da República, no Rio de Janeiro, em 1960, que foi abrigado no antigo Palácio do Catete.⁸

Para Abreu (1995), sob a ostensiva influência do SPHAN na supervisão e coordenação dos museus, o MHN, instituição museal presidida por Gustavo Barroso e que até então era utilizada enquanto matriz para os demais museus brasileiros, foi perdendo, em escala gradativa, o *status quo* de espaço museológico de referência, embora as ações museológicas perpetradas pela Superintendência tenham adotado as mesmas práxis que fundamentaram a criação do Museu Histórico Nacional.

⁷ Se comparada a atuação do órgão com as ações desenvolvidas no tombamento de bens edificados, cuja preservação tornou-se prioridade, as contribuições para o campo da Museologia foram consideradas inexpressivas.

⁸ As citadinas instituições museais foram criadas a partir da reprodução discursiva e expográfica do MHN, objetivando a plena contemplação da “áurea periodização do país”, que encontrava-se associada ao universo simbólico das elites, conforme as definições de alguns intelectuais.

A recorrente ação praticada pelo órgão, portanto, não estava em consonância com os ditames e ideais formulados por Mário de Andrade, que incluíam, sobretudo, a preservação dos bens que representavam a cultura popular.

Somente em fins da década de 60, com efeito, as referências culturais advindas das camadas populares foram devidamente disseminadas em um espaço museal, materializando as propostas de intervenção idealizadas por Andrade no anteprojeto do SPHAN. A inauguração do Museu do Folclore, em 1968, na sede do Museu da República, portanto, marcou uma ruptura com a ação museológica aplicada pela Superintendência e era procedente, em linhas gerais, do movimento folclorista das décadas de 40 e 50, que publicou o projeto do museu em 1951.

Após o advento da referida ruptura, em fins dos anos 60, na qual se criou um museu para atender aos ensejos de congregações folcloristas, alguns integrantes do bojo intelectual nacional teceram ostensivas críticas reflexivas à atuação do SPHAN. Ressaltaram, pois, a postura terminantemente elitista adotada pelo órgão e sua consequente abstenção e incolumidade na formulação de perspectivas inovadoras relacionadas à seara das políticas culturais.

Em 1967, o intelectual Rodrigo de Melo Franco, responsável por presidir o órgão desde a sua fundação, oficializou sua aposentadoria e fora sucedido por Renato Soeiro, que tomou as rédeas do SPHAN até 1979. Não obstante o processamento da mudança em sua direção executiva, a Superintendência preservou a aplicação dos mesmos princípios da gestão anterior, embora existisse a iminente necessidade de alinhar as bases ideológicas e regimentais do órgão às políticas de preservação dos bens culturais definidas por organismos da UNESCO (JULIÃO, 2011).

Nesse ínterim, entretanto, algumas articulações direcionadas a modernização da política cultural foram utilizadas como trunfo. Segundo Adalberto Silva Santos (2007), em 1975, o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) foi criado e exerceu relevante papel no desenvolvimento das atividades culturais. Liderada por Aloísio Magalhães, grande expoente dos estudos sobre design no Brasil, a CNRC notabilizou-se por formular uma renovação no conceito de preservação do patrimônio cultural, que culminou na universalização da noção de patrimônio e tornou-se elemento imprescindível para o desenvolvimento cultural do país. Quatro

anos após a implementação da CNRC, Magalhães foi nomeado sucessor de Renato Soeiro para a direção executiva do recém-intitulado IPHAN, em 1979.⁹

Com efeito, o presidente em exercício do órgão criou, ainda no mesmo ano, a Fundação Pró-Memória e propôs, também, o resgate do ideário formulado por Mário de Andrade a despeito de sua proposta etnográfica, na qual buscava reunir as mais diversificadas manifestações culturais do país em uma cruzada infinita pela formação duma identidade legitimamente brasileira.

Ao adotar uma base conceitual e regimental enquanto princípio basilar para o seu eixo de atuação, o IPHAN reconheceu a diversidade cultural presente no país e, sobretudo, o produto dos seus fazeres populares. A partir da década de 80, portanto, determinados grupos étnicos e sociais, que, conforme as concepções construídas nos anos 30 e 40 eram interpretados através de um viés folclorizante, converteram-se de meros objetos de análise e investigação para produtores de cultura, além de protagonistas da história, promovendo, então, a desvinculação com os pressupostos tradicionais, segundo os quais reconheciam, somente, os valores etnográficos da cultura do *folk*.

O referido quadro de transformações, para efeito de análise, foi acentuado no seio do processo de redemocratização e refletiu, sobretudo, na elaboração das prerrogativas constitucionais de 1988, que, para além de assegurarem a preservação dos testemunhos materiais e imateriais da nação, promoveram a contínua participação das comunidades no processo de preservação e diversificação na tipologia dos bens salvaguardados, contribuindo, também, para o movimento de renovação dos museus que se encontrava em curso.

⁹ A partir de 1970, a Superintendência do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional (SPHAN) passou a se chamar Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional (IPHAN).

3. O MOVIMENTO DE RENOVAÇÃO DOS MUSEUS E O SURGIMENTO DOS FAZERES MUSEOLÓGICOS SERGIPANOS

Após versar acerca das correntes reflexivas que narraram a trajetória do museu sob uma perspectiva de evolução conceitual e institucional, este momento do exercício monográfico, representado pelo segundo capítulo, visou elucidar o advento das transformações infligidas aos museus em âmbito nacional/internacional, a partir da segunda metade do século XX, para debruçar-se, por conseguinte, sobre os impactos causados no processo de construção do pensamento museológico sergipano.

3.1. Apontamentos para a corrente de renovação dos museus brasileiros

A proliferação de reflexões críticas relacionadas ao patrimônio cultural foi imprescindível para construir um novo modelo de museu, assentado na utilização de novas práticas e conceitos enquanto pilares institucionais. Segundo Suano (1986), embora existissem divergências latentes entre as transformações dos museus europeus e estadunidenses durante o período que sucedeu a Segunda Guerra, foi nesse período que às instituições museais enveredaram-se na construção de novos princípios, diretamente responsáveis por emergir um museu vinculado às atividades de lazer e, sobretudo, de educação.

Para tanto, além da inserção dos cidadãos ditames, em meados de 1946, ano marcado pela criação do Conselho Internacional de Museus (ICOM), foram prescritas várias propostas conceituais que visavam, a rigor, a plena metamorfose institucional dos museus, pavimentando a elaboração de novos pressupostos para o porvir.

Durante a primeira metade da década de 60, quando a Europa apropria-se do movimento para a dinamização dos museus, em meio a um cenário no qual intensifica-se a luta pela democratização da cultura, associada, sobretudo, a mobilização pela conquista dos direitos de grupos sociais historicamente desprestigiados, emergiram voluptuosos diálogos sobre quais atribuições o museu

deveria exercer naquele quadro de profundas transformações. Nesse ínterim, às instituições museais submeteram-se a um processo de revitalização estrutural, tencionando a criação de novas estratégias afirmativas para atender aos ensejos de estratos sociais emergentes.

A partir do citadino período, então, os museus passaram a privilegiar as demandas oriundas das comunidades, no âmbito de seus discursos, em detrimento da utilização exclusiva do seu espaço enquanto de instrumento de disseminação ideológica estreitamente vinculado ao universo simbólico das elites. Portanto, para Suano:

Neste segundo pós-guerra, o museu passa a refletir os interesses da sociedade européia e americana pela ecologia, pela preservação do meio ambiente, pela prática da agricultura, pela vida cotidiana e não pelos "grandes feitos", "grandes datas" e "grandes heróis". O museu vai à escola, com pequenas mostras circulantes, vai às fábricas, às prisões, à periferia e à zona rural em forma de "trem museu" (SUANO, 1986, p. 85).

Em meados da década de 70, por conseguinte, as discussões acerca da função social do museu foram acentuadas incisivamente, tendo como ponto de inflexão várias conferências, congressos e seminários, dentre os quais destacamos o IX Encontro do ICOM, realizado em Paris, onde debateu-se um tema que versou sobre as contribuições do museu para o homem nos tempos presente e futuro. Em 1972, a UNESCO, no pleno uso de suas normas estatutárias e regimentais aplicáveis, promoveu a Mesa Redonda de Santiago do Chile, na qual foram discutidas questões que visavam infligir novas práticas e teorias ao *modus operandi* do museu, em face da utilização de uma Museologia arraigada com alicerces conservadores até então.¹⁰

Para Raymond Williams (1992), os novos meandros conceituais notabilizaram-se por reafirmar o compromisso dos museus com a concepção antropológica de cultura, que era interpretada, portanto, como um conjunto de significados responsável por comunicar, vivenciar e reproduzir formas divergentes da vivência do outro. Não obstante, a apropriação dessas orientações pavimentou a

¹⁰ Para efeito de análise, foi criado, em 1984, o Movimento Internacional da Nova Museologia (Minom), em Quebec, a fim de reafirmar o compromisso dos idealizadores da Museologia contemporânea em assegurar a aplicação das tendências em curso.

supressão de alguns "fazeress ultrapassados" no âmbito dos museus, que, a partir daquele movimento de ruptura, atuaram em benefício da noção ampliadora de patrimônio enquanto elemento a ser preservado e irradiado.

De acordo com Mário Chagas e Solange de Sampaio Godoy (1995), em terras brasileiras, a utilização de correntes reflexivas voltadas para a revitalização dos museus data das décadas de 70 e 80. A partir de intervenções que propunham-se a reestruturar o plano conceitual dos museus, foram realizadas reformulações nos espaços físicos das exposições, aplicação dos procedimentos de conservação e segurança adequados, constituição de departamentos educativos, dentre outros. No campo de ação, com efeito, é insofismável a atuação de vários ideólogos que contribuíram para o campo da Nova Museologia nacional, dentre os quais destacamos Mário Chagas, Waldísia Russio e Marília Xavier Cury. Em detrimento do pensamento passadista desse campo do conhecimento, que incursava pela conservação e aglutinação de acervos como principais eixos de reflexão, os novos autores buscaram implementar princípios básicos que assegurariam a ampliação e diversificação do raio de atuação da Museologia.

Através da dilatação do conceito de patrimônio, aliado, sobretudo, ao processo de redemocratização, o Brasil presenciou uma verdadeira proliferação de museus, principalmente a partir das décadas de 60 e 70. Diante do exposto, os referidos eventos contribuíram preponderantemente para que determinados segmentos sociais problematizassem a questão patrimonial, interpretando-a como um espaço expressivo de possibilidades responsável pela construção de novas identidades coletivas.

De acordo com Abreu (1995), após uma contínua e crescente segregação de segmentos sociais em grupos específicos, as instituições museais especializaram-se para atender as demandas de searas culturais emergentes, transformando seus espaços físicos em museus biográficos e temáticos.¹¹

Todas as ações elucidadas nesta e demais seções, portanto, foram imprescindíveis para o processo de construção do pensamento museológico sergipano, ao longo de sua relativamente efêmera trajetória.

¹¹ Dentre esses grupos, segundo Abreu (1995), encontraram-se índios, negros, imigrantes, ambientalistas, entre outros.

3.2. A construção do pensamento museológico sergipano através das atuações do IHGSE e José Augusto Garcez

3.2.1. Entre os filões do IHGSE: breves reflexões sobre a primeira instituição museológica de Sergipe

Embora especule-se que a atuação da Biblioteca Provincial, em São Cristóvão, nos idos dos oitocentos, tenha se caracterizado como a "pedra basilar" dos fazeres museológicos sergipanos, foi a inauguração do Instituto Histórico Geográfico de Sergipe (IHGSE) que representou o engajamento de nosso estado no âmbito da Museologia Nacional. Idealizado pelo sociólogo Florentino Teles de Menezes em 1912, o espaço, carinhosamente apelidado de a "Casa de Sergipe", decorreu de um esforço intelectual coletivo, capitaneado pelo próprio Menezes, na luta para construir um espaço privilegiado responsável por salvaguardar os fragmentos da história de Sergipe.

De acordo Verônica Maria Meneses Nunes (2014), a "história do Museu do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe reflete o percurso da instituição e do 'nascimento' dos fazeres museológicos em Sergipe" (NUNES, 2014, p. 187). Com base em tal afirmação, a autora atesta, parafraseando Pedrinho Santos (1984), que a instituição foi criada na sala do Clube Esperanto e alocada entre as instalações do Tribunal da Relação de Sergipe. Seu objetivo, para além de preservar objetos acerca da história de nosso Estado, visava fundar um museu interdisciplinar, compreendendo a áreas do conhecimento como História, Arqueologia, Artes e Etnografia.¹²

Fundava-se, então, após a aplicação dos dispositivos presentes no regimento interno do IHGSE, o primogênito espaço museal sergipano, responsável por iniciar, antes das imprescindíveis contribuições de Garcez, a formação do pensamento museológico sergipano. Em consonância com as tendências ideológicas atribuídas aos museus brasileiros durante a primeira metade do século XX, o primeiro "templo" dos fazeres museológicos sergipanos foi utilizado, também, enquanto espaço

¹² Vale salientar que, durante os primeiros anos de funcionamento, os objetos expostos eram provenientes de doações dos próprios sócios.

privilegiado para auxiliar na construção de uma identidade nacional, alicerçando-se na constituição de discursos e monumentos ligados a personagens históricos, associados, sobretudo, ao universo simbólico das elites.

Apesar da grandiloquente contribuição do museu para inserir o estado na esfera museológica nacional, ele não possuía sede própria até princípios da década de 30. Alguns anos depois, o espaço destinado para abrigar suas coleções foi construído e tratava-se de um prédio que carregava consigo os princípios estéticos associados ao estilo art déco, obra de autoria do construtor Arendt Von Altenesh (NUNES, 2014). Já em 1957, sob a presidência de Manoel Ferreira Neto, foi atribuído ao espaço museal o nome de Museu Galdino Bicho, em homenagem póstuma ao artista carioca radicado em Sergipe, face a doação de todo o seu acervo particular para a entidade.¹³

Em meio a essa atmosfera, concomitantemente a atuação do Museu Galdino Bicho, Sergipe contava com a atuação do Museu Horácio Hora, além do Museu de Arte e Tradição, idealizado por José Augusto Garcez, proeminente fomentador da Museologia sergipana, de quem falaremos nas seções a seguir.

3.2.2. Fragmentos biográficos de um intelectual engajado

Ao debruçarmo-nos sobre o desenvolvimento da Museologia em Sergipe, torna-se inevitável promover um esforço de associação entre o desenvolvimento desse campo do conhecimento no estado e as robustas colaborações de José Augusto Garcez. Sua incursão intelectual, portanto, estreitou tênues laços de solidariedade para o desenvolvimento do campo cultural sergipano, sobretudo durante as décadas de 40 e 50, sendo diretamente responsável por pavimentar o caminho para o surgimento dos nossos museus.

Conforme Cláudio de Jesus Santos (2014), promissor pesquisador acerca das contribuições de Garcez para a seara museal sergipana, o filho do casal Sílvio Garcez e Carolina Sobral teve seu nascimento registrado na Usina Escurial, que compreende atualmente o território do município de São Cristóvão, em 19 de agosto de 1918. Ingressou no curso secundário através do Colégio Tobias Barreto e o

¹³ Segundo Nunes (2014), o documento responsável pela mudança de nomenclatura do museu atestava, também, uma homenagem direcionada ao artista Jordão de Oliveira, devido a sua posição enquanto intermediário entre o IHGSE e a família de Galdino Bicho. Como resultado, a antiga instalação do museu passou a se chamar Salão Jordão de Oliveira.

concluiu na Escola Marista, localizada no Estado da Bahia. Nesse ínterim, ainda presente no cidadão local, enveredou-se pelo curso de Direito, no entanto, interrompeu a sua especialização no campo da magistratura em face de problemas que acometeram sua saúde.¹⁴

Ao engajar-se precocemente no universo do jornalismo, Garcez lastreou alianças que, definitivamente, inflexionaram sua trajetória para o campo da Museologia. Em uma de suas várias viagens para a região sudeste, com vistas a honrar compromissos da Associação Brasileira e Sergipana de Imprensa, da qual era membro, manteve-se inteirado sobre a seara da cultura nacional e conheceu Gustavo Barroso, com quem obteve grandes aprendizados no campo dos estudos museológicos. Através de Barroso, seu grande mentor, o intelectual sergipano absorveu os conhecimentos técnicos da área.

Mantendo atuante, ainda, o seu capital de relações através das alianças simbólicas, Garcez se viu envolto numa constante preocupação com a preservação e salvaguarda dos testemunhos da cultura material e imaterial de Sergipe. Diante desta difícil realidade, partiu em algumas cruzadas pelo interior do Estado, assim como fizera Mário de Andrade em Minas Gerais, e aglutinou uma fração considerável das referências culturais de sua terra natal.¹⁵

Após várias décadas de idealizações vanguardas que irromperam pelo campo cultural sergipano e contribuíram, sobretudo, para o desenvolvimento do pensamento museológico no estado, Garcez veio a óbito em janeiro de 1992. Sua incomensurável contribuição, entretanto, transcende as barreiras cronológicas do tempo, consolidando seu árido e reincidente trabalho no seleto panteão dos grandes fazeres intelectuais de Sergipe.

¹⁴ Para saber mais sobre os dados biográficos que antecederam a trajetória intelectual de José Augusto Garcez, ver SANTOS, 2014, p. 54-63. Revista Eletrônica Ventilando Acervos, Florianópolis, v. 2, n.2, p. 54-63, nov. 2014.

¹⁵ Apesar de considerar o intelectual Gustavo Barroso como seu principal mentor, Garcez imprimiu, de acordo com o levantamento de algumas bibliografias sobre sua atuação, uma perspectiva completamente distinta daquela defendida pelo presidente do Museu Histórico Nacional, segundo a qual a instituição museal atua para educar o povo através da disseminação do civismo.

3.2.3. Museu de Arte e Tradição: a magnânima obra de José Augusto Garcez

Não obstante as contribuições do Museu Galdino Bicho, considerado pela literatura historiográfica sergipana como o marco do nosso pensamento museológico, presenciamos a colaboração do Museu de Arte e Tradição, bem como de José Augusto Garcez, seu idealizador.

O projeto que fundamentou a criação da instituição, portanto, remete ao ano de 1946 e decorreu, em linhas gerais, das várias incursões de Garcez pelo interior de Sergipe, conforme abordado na seção anterior. Em 1948, após um robusto período no qual auferiu importantes fragmentos da cultura material sergipana, criou o Museu de Arte e Tradição de Sergipe, instituição cujas diretrizes mantiveram-se assentadas no ideário disseminado pelos modernistas, segundo o qual o espaço deveria preservar um conceito de patrimônio mais amplo, indissociando-o do universo simbólico das elites e privilegiando as referências da cultura popular, de acordo com os dispositivos presentes no anteprojeto do SPHAN, redigido por Mário de Andrade em 1936.

Incursando por uma breve reflexão sobre o museu criado por Garcez, Santos (2014) conclui:

é o Museu Sergipano de Arte e Tradição, fundado em sua casa, no ano de 1948, a pedra fundamental de sua obra, em torno do qual todos os outros organismos funcionavam, com o intuito de contribuir para a preservação da memória e do patrimônio cultural sergipano (SANTOS, 2014, p. 59).

O referido espaço museal, abrigado na residência do próprio Garcez, encontrava-se localizado na Av. Barão de Maruim, nº 629, sob a direção do próprio fundador. Para Santos (2014) *apud* Garcez (1958), o museu era autônomo, aberto ao público gratuitamente e não havia horário de visitação preestabelecido, posto que permanecera vinculado a residência do idealizador. Seu acervo era composto por objetos relacionados à paleontologia e, sobretudo, a etnologia brasileira, representada pelos achados de arte sacra, arte popular e armaria.

Ao adotar uma matriz considerada pioneira para o *modus operandi* da sua instituição, Garcez imprimiu, dentro do período que precedeu a corrente de renovação dos museus em escala nacional, uma postura digna de um ideólogo patrimonial engajado com o passado de seu Estado, preservando, salvaguardando e

disseminando os testemunhos materiais que narravam sua grandiloquente trajetória, utilizando o Museu de Arte e Tradição como um espaço privilegiado de construção reflexiva. Deste modo, sob ostensivos esforços intelectuais, projetou a Museologia sergipana para a seara nacional através de um relevante movimento de renovação, ampliando o espaço expressivo de possibilidades para a criação de novos museus em Sergipe.

4. SOB A PROTEÇÃO E SALVAGUARDA DE MNEMOSINE: ANÁLISE DO MAPEAMENTO DOS MUSEUS SERGIPANOS

Não obstante as reflexões que versaram sobre a construção do pensamento museológico sergipano, o presente capítulo objetivou, enfim, identificar e mapear os museus fundados em Sergipe a partir criação do Galdino Bicho, com ênfase nos espaços inaugurados a partir década de 60, período em que registrou-se uma efervescência no que se refere a criação de instituições museais, através dos estudos de caso descritivos. Em terras sergipanas, de acordo com as discussões do capítulo anterior, é sabido que a referida proliferação das “casas das musas” emergiu após a criação do Museu de Arte e Tradição, marco do movimento de renovação dos nossos fazeres museológicos, apesar da ostensiva e relevante participação do proeminente museu sediado nas instalações do IHGSE.

Tentou-se, também, obedecer a ordem espacial de cada “Lugar de Memória” identificado, de acordo com a definição de Pierre Nora (1984), enfatizando aqueles que não possuem cadastro no IBRAM e tampouco foram mencionadas no Guia Brasileiro de Museus, produção idealizada pelo Ministério da Cultura cujo objetivo visava, dentre outras atribuições, identificar todos espaços com perfil museal alocados no país.

4.1. MUSEUS DA GRANDE ARACAJU

4.1.1. Museus de São Cristóvão

4.1.2. Museu Histórico de Sergipe

O estado de Sergipe viveu, durante quatro décadas, sob a relevante influência de três instituições museais que constituíam a “Santíssima Trindade” de nosso campo cultural, em função de suas vastas contribuições para o desenvolvimento dos fazeres museológicos de nosso Estado.¹⁶ Durante os anos 60, entretanto, ao presenciar uma intempestiva proliferação de museus em todo o país, Sergipe deu prosseguimento à composição de novos espaços museais ao fundar o Museu Histórico de Sergipe, localizado na cidade de São Cristóvão.



Fig. 01 – Fachada do Museu Histórico de Sergipe
Foto: Danilo Nascimento, 2013.

Como pode-se observar na figura 01, os princípios arquitetônicos do prédio que abriga a primeira instituição museal sancristovense remetem ao século XVIII, período no qual o Império viveu o ápice de sua produção açucareira, contribuindo diretamente para a construção de imponentes bens edificados. Dentre as várias funções exercidas pelo prédio, vale destacar a sua atuação enquanto Palácio do Governo de Sergipe Del Rey (1825-1885) e como delegacia (1920 e 1930), de acordo com as informações disponibilizadas no catálogo da instituição, publicado em 1980.

¹⁶ As três instituições eram o Museu do IHGSE (1912), o Museu Histórico Horácio Hora (1948) e o Museu de Arte e Tradição de Sergipe (1958).

Finalmente, a 05 de março de 1960, o MHSE foi inaugurado sob a administração do Governador Luís Garcia. De acordo com Santos (2010), a criação do espaço museal foi resultante de uma reunião composta José Calasans, Garcia e Junot Silveira, que, naquele período, exercia a função de Secretário do Governo. Este último, portanto, foi designado para a compra dos objetos que viriam compor o acervo e seu irmão, o destacado artista plástico Jenner Augusto, prontificou-se a montar a disposição expositiva das peças.

A missão institucional do MHSE consiste, a rigor, em preservar a memória do povo sergipano mediante a aquisição, salvaguarda e exposição dos objetos que integram seu robusto acervo, constituído de mobílias dos séculos XIX e XX, bustos de grandes personalidades, prataria, cerâmica, entre outros. A instituição está localizada na Praça São Francisco, funcionando de terça a domingo, das 10h às 17h. A taxa de admissão do público, de acordo com a direção executiva do MHSE, está avaliada em R\$ 5,00 (inteira) e R\$ 2,50 (meia).

4.1.3. Museu de Arte Sacra de Sergipe

Criado a partir da necessidade de preservar e salvaguardar os objetos sacros aglutinados desde a ocupação portuguesa, o Museu de Arte Sacra de Sergipe foi idealizado, inicialmente, através das ações do Bispo Dom Fernando Gomes. Advertindo as autoridades políticas e eclesiásticas sobre o estado calamitoso das peças, o religioso foi responsável por sugerir, durante a realização do Seminário Maior, em Aracaju, a primeira coleção de peças sacras, objetivando, dentre outras perspectivas, a preservação daquele acervo.

Para Wilma Alves de Souza e Rosália Bispo dos Santos (1980), em 1971, o Bispo Dom Luciano José Cabral Duarte convergiu com as propostas de intervenção sugeridas pelo eclesiástico de Aracaju e acionou o chefe do poder executivo estadual, Paulo Barreto de Menezes. O governador em exercício, então, através de uma medida sancionada no mesmo ano, deliberou que o depredado e antigo Convento de São Francisco permanecesse sob a administração da Arquidiocese de Aracaju. Desse modo, segundo as autoras:

A ala-esquerda do tri-secular convento, outrora pertencente a Ordem Terceira dos Franciscanos, passa

a ser base física para adequada para a instalação de um museu de Arte Sacra, onde seria preservado todo aquele patrimônio espalhado por Sergipe (SOUZA; BISPO, 1980, p. 08).

Nesse ínterim, as atividades de restauração foram iniciadas em 1972 e estiveram sob responsabilidade da SUDOPE (Superintendência de Obras Públicas do Estado). Em 1974, contando com o apoio logístico da Universidade Federal de Sergipe, a instituição museal foi oficialmente aberta ao público em 14 de abril do mesmo ano e seu primeiro diretor foi Luiz Bispo, reitor da UFS. Através do convênio firmado entre Governo do Estado, Arquidiocese de Aracaju e UFS, o Museu de Arte Sacra ampliou o seu acervo mediante doações de várias paróquias alocadas em Sergipe. Sua missão institucional está restritamente vinculada a narrar a trajetória das crenças e fazeres religiosos sergipanos, através da aquisição, preservação e conservação de objetos sacros, datados, sobretudo, dos séculos XVII e XVIII.



Fig. 02 – Fachada do Museu de Arte Sacra de São Cristóvão
Foto: Raphael Reis, 2015 (Catálogo do IHGSE, 1980).

As salas expográficas dos MASC encontram-se divididas em três espaços: sala do arcaz, sala das jóias e sala de roca. A instituição está localizada na Praça São Francisco, funcionando de terça a sábado, das 10h às 16h; no domingo, está aberta ao público das 10h às 13h. A taxa de admissão do público está avaliada em R\$ 5,00 (inteira) e R\$ 2,50 (meia). Neste nicho, podemos incluir idosos, estudantes e professores.

4.1.4. Museu dos Ex-votos

Inaugurado no claustro da Igreja do Carmo,¹⁷ em 1990, período no qual foi celebrada a efeméride dos 400 anos da cidade de São Cristóvão, o Museu dos Ex-votos notabiliza-se como uma das mais simbólicas e representativas instituições museais do município.

A unidade religiosa que abriga suas coleções preserva os cânones arquitetônicos do Movimento Barroco, como podemos observar na figura de número três. Conforme Ivan Rêgo Aragão (2015), sua construção é datada de 1739 e a efervescência pela devoção ao Senhor dos Passos, para efeito de análise, mobilizou devotos e simpatizantes, que, em forma de homenagem ao Santo, modificaram a nomenclatura do bem edificado para Igreja do Senhor dos Passos.



Fig. 03 – Fachada do Museu dos Ex-votos
Foto: Raphael Reis (Catálogo do IHGSE, 1980).

Para Aragão (2015), “em consequência da celebração do centenário e aos milagres atribuídos ao Senhor dos Passos, ano após ano, devotos e penitentes levam objetos relativos às curas e graças alcançadas (ARAGÃO, 2015, p. 16). Mediante a reincidência dessas práticas, portanto, surgiu o Museu dos Ex-votos, cujo acervo é constituído de fotografias, objetos e imagens. Seus espaços

¹⁷ A unidade religiosa abriga, também, a Sala de Memória Irmã Dulce, que, dentre algumas atribuições, consiste em salvaguardar a memória da freira que se tornou patrona do espaço, através da exposição de alguns objetos que mantiveram-se sob sua posse.

expositivos são discernidos em duas partes constitutivas, a saber: sala de milagres, diâmetro no qual observa-se uma clarividente diversidade de objetos; e a dependência onde encontramos, em linhas gerais, aproximadamente 8 registros imagéticos de Ex-votos, datados do início do século XX. O Museu dos Ex-votos localiza-se a Praça do Carmo e funciona de terça a domingo, das 10h às 16h. A visitação é gratuita.

4.1.5. Museu da Polícia Militar de Sergipe

Criado em 1969, o Museu da Polícia Militar de Sergipe instalou-se, de forma inicial, no Quartel da PM/SE, localizado na Rua Itabaianinha. Em 2012, no entanto, sua sede foi transferida para São Cristóvão.¹⁸



Fig. 04 – Fachada do Museu da Polícia Militar de Sergipe
Foto: Marcello Eduardo, 2011.

Sua missão institucional consiste, efetivamente, em preservar, salvaguardar e divulgar a história da PM/SE. Para além deste propósito, a instituição visa, também, disponibilizar as fontes e recursos necessários para o desenvolvimento dos fazeres científicos em nosso estado, incentivando a ostensiva participação de estudantes, pesquisadores e demais interessados em desenvolver investigações que versem sobre o discurso reproduzido pelo Museu. O acervo da unidade museal é composto por armamentos, fardamentos, além de documentos impressos, que remontam a emissão de leis, decretos e boletins regimentais.

¹⁸ A entidade mantenedora da instituição museal é a própria Polícia Militar de Sergipe.

Dentre todas as instituições com perfil museal prospectadas em São Cristóvão, o Museu da PM é a única que não possui cadastro junto ao IBRAM e suas competências, mas é face representativa, de fato, da singularidade e relevância de todos os museus que compõem a nossa seara cultural. O Museu está localizado na Rua Ivo do Prado, s/n, e funciona todos os dias das 09h às 17h. A admissão é gratuita.

4.2. Museus de Aracaju

4.2.1. Museu Galdino Bicho

Conforme narrado em seções anteriores, o Museu Galdino Bicho é a instituição museológica mais antiga de Sergipe, notabilizando-se, sobretudo, por promover o florescimento dos fazeres museológicos do estado, conforme atesta Nunes (2014). Fundado em 1912 sob a égide de Florentino Teles de Menezes, tradicionalmente conhecido como o “sociólogo pioneiro”, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe estabeleceu-se, de forma inicial, nas instalações do Tribunal de Relação do Estado¹⁹ e delineou, dentre outros objetivos, conforme a análise da autora (2014), a constituição de um espaço museal polimórfico, abrangendo áreas do conhecimento como história, arqueologia e etnografia.

Emergia, assim, o primeiro templo museal de Sergipe, que, intempestivamente, rompeu com as bases da tradição enciclopédica sobre a qual permeava o sustentáculo narrativo dos museus brasileiros naquele período, adotando como propósito institucional “a contemplação do passado brasileiro e sergipano a partir dos objetos referenciados no seu texto de criação” (NUNES, 2014, p. 188).

Após algumas incursões por espaços adaptados, o IHGSE, assim como o Museu do Instituto, foi contemplado, nos idos da década de 30, com uma sede própria. Já em meados de 1957, sob a presidência do Dr. Manoel Ferreira Neto, a “Casa de Sergipe” realizou uma solenidade na qual homenageou Galdino Bicho, célebre pintor carioca radicado em Sergipe, em um gesto de gratidão e respeito pelo artista que doou a grande totalidade de seu acervo pessoal para o Museu da

¹⁹ Atualmente, o prédio abriga o Memorial do Poder Judiciário de Sergipe.

instituição, que, desde o citadino evento, passou a ser chamado de Museu Galdino Bicho.



Fig. 05 – Fachada do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe
Foto: Raphael Reis, 2015.

A missão institucional do Museu Galdino Bicho consiste em documentar os fragmentos da história político-cultural do Brasil e de Sergipe, traçando como recorte temporal um discurso que vai desde as primeiras povoações de Sergipe, perpassando pelos períodos colonial e imperial, até a narrativa contemporânea. Seu eclético acervo é composto por peças inerentes as comunidades indígenas e afrodescendentes, quadros, prataria, mobílias, armamentos, além de peças que remetem a Segunda Grande Guerra. O Museu, bem como o IHGSE, funciona de segunda a sexta, das 8h às 12h e das 14h às 18h; aos sábados, opera das 9h às 12h. A visitação é gratuita.



Fig. 06 – Entrada do Museu Galdino Bicho
Foto: Raphael Reis, 2015.



Fig. 07 – Expografia do Museu G. Bicho
Foto: Raphael Reis, 2015.

4.2.2. Museu do Homem Sergipano

Produto das ações empreendidas pelos professores do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe,²⁰ o Museu do Homem Sergipano destacava-se como um imponente espaço museal dedicado extroversão da pesquisa acadêmica. A relevante atuação da instituição museal, no entanto, não foi suficiente para evitar sua peregrinação por espaços físicos aleatórios e adaptados.

Conforme Nunes (2010), a unidade museológica foi criada em 1978 e intitulava-se Museu de Antropologia, tornando-se parte integrante da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. Ainda de acordo com a autora (2010), o Museu do Homem operou com a primeira nomenclatura entre 1978 e 1983, sempre utilizando enquanto premissa institucional a dialética entre o público escolar e suas exposições itinerantes.

Em 1983, o MUSA foi transferido para o Centro de Cultura e Arte (CULTARE), que ocupava o antigo prédio da Faculdade de Direito. Nesse período, para efeito de análise, a UFS atribuiu-lhe a nomenclatura de Sala de Cultura Popular. Dentre as várias ações perpetradas pela instituição, ainda permanecia como atribuição basilar a sua atuação enquanto espaço de extensão educacional, pois realizava reincidentes atividades lúdicas com os estabelecimentos da rede pública de ensino.

Com o seu *modus operandi* obstruído entre 1988 e meados de 1991, a instituição museal reencontrou o caminho do pleno funcionamento e passou a integrar, desse modo, o Departamento de Biologia do seu principal mantenedor, desenvolvendo suas atividades, a partir do referido momento de agregação, enquanto Núcleo Museológico. Sob o influxo desse período de transição, apropriou-se de duas salas do Centro de Ciências Biológicas, utilizando-as como espaço físico temporário. Por conseguinte, em meio a outra mudança, o MUSA passou a funcionar nas instalações do Hotel Pálace.

Após desvincular-se do Pálace, o Núcleo Museológico ocupou o edifício da Faculdade de Ciências Econômicas. Neste bem edificado, segundo Nunes (2010), a

²⁰ Além do MUHSE, que detinha sede própria, a Universidade Federal de Sergipe supervisiona e abriga o Museu de Anatomia Professor Oswaldo da Cruz, idealizado em 2009 pelo Departamento de Morfologia, e o Herbário/ASE, fundado pelo Departamento de Biologia em 1975. Ambos os espaços permanecem cadastrados junto ao IBRAM.

unidade permaneceu com a mesma denominação até 1995, dividindo as instalações com o DCE (Diretório Central dos Estudantes). Nesse ínterim, através de ações supervisionadas pela Profa. Dra. Cristina Bruno, o Museu de Antropologia passou a se chamar Museu do Homem Sergipano (MHSE).²¹

Em 2004, finalmente, o MHSE foi transferido para um bem edificado localizado na Rua Estância, 228, onde funcionara a Faculdade de Serviço Social. Sua missão institucional consistia em salvaguardar, pesquisar, documentar e extroverter os elementos que compõem o patrimônio cultural sergipano. O acervo da instituição era constituído de elementos que remetem a Arqueologia, Etnografia e Etnologia.



Fig. 08 – Fachada do Museu do Homem Sergipano
Foto: Rapahel Reis, 2015.

Há aproximadamente três anos, em função de suas instalações operarem sob eficiência precária, o MHSE foi desativado e a grande totalidade de seu acervo permanece exposta no Centro de Cultura e Arte da UFS, localizado na Av. Ivo do Prado, 612. A instituição que expõe os objetos do Museu funciona de segunda a sextas, das 8h às 18h; aos sábados, encontra-se aberta das 8h às 12h. A visitação é gratuita.

²¹ Segundo Nunes (2010), o novo regimento e a denominação foram aprovados, somente, em meados dos anos 2000.

4.2.3. Museu da Gente Sergipana

Sediado nas antigas instalações do Colégio Dom Pedro II, o Museu da Gente Sergipana representa um marco no que se refere a execução de um projeto museológico inovador nos espaços museais de Sergipe, pois carrega consigo uma proposta interativa e lúdica para com o seu público, inspirada no Museu da Língua Portuguesa, localizado em São Paulo. Em 1985, quando da transferência daquela unidade escolar para outro bem imóvel, o Governo Estadual oficializou o tombamento do prédio, posteriormente responsável por sediar alguns órgãos públicos, até sua desativação, motivada pelo fato de suas instalações operarem sob condições calamitosas.

Nos idos de 2007, de acordo com Marcelo Rangel Lima e Ézio Christian Déda de Araújo (2014), nas entrelinhas do artigo “Patrimônio Cultural e Novas Tecnologias: o caso do Museu da Gente Sergipana”, o prédio encontrava-se em avançado estado de deterioração, chamando a atenção das autoridades competentes, que, através do até então Governador Marcelo Déda, doaram a propriedade para o Banco do Estado de Sergipe (Banese), visando transformar aquele espaço em um Centro Cultural. Após um longo período de restauração, a antiga sede do Colégio Dom Pedro II foi reinaugurada sob o título de Museu da Gente Sergipana, em 11 de novembro de 2011.



Fig. 09 – Fachada do Museu da Gente Sergipana
Foto: Raphael Reis, 2015.

Sua missão institucional debruça-se sobre a construção do sentimento de “sergipanidade”, cuja válvula de propulsão é o conjunto de elementos que representam os fazeres culturais do povo sergipano. Vale salientar, ainda, que o discurso expográfico permanente do Museu da Gente Sergipana decorreu de uma congregação intitulada “Fórum da Sergipanidade”, na qual pesquisadores e populares discutiram quais elementos seriam expostos nas instalações do mais novo museu do Estado. O Museu está localizado na Avenida Ivo do Prado, nº 398, funcionando de terça a sexta, das 10h às 17h; aos sábados, domingos e feriados, opera das 10h às 15h. A visitação é gratuita.

4.2.4. Palácio Museu Olímpio Campos

Ventado pelo magistrado Salvador Correia de Sá,²² que presidia a província de Sergipe nos idos de 1856, o Palácio Museu Olímpio Campos foi criado, inicialmente, para abrigar a sede do poder executivo da unidade administrativa imperial, além de operar como residência do próprio magistrado. O projeto, entretanto, foi revogado e o revés repetiu-se durante as administrações subsequentes.

Foi sob os auspícios de Manuel da Cunha Galvão, destacado militar e engenheiro portoalegrense, que o casarão teve o seu projeto deferido pelo Governo Imperial. De acordo com Cyndiane Vasconcelos, Dênio Azevedo e Talita Andrade (2013), as obras iniciaram em 1859, quando do início da gestão de Galvão, sendo concluídas em 1863, sob a administração de Joaquim Mendonça. Em 1954, 91 anos após a sua inauguração, mediante o deferimento da Lei nº 575, em meio a gestão de Arnaldo Garcez, o bem edificado foi nomeado, então, de Palácio Museu Olímpio Campos.²³

²² Graduou-se em Direito, em 1849, pela Academia de Direito de Olinda. Foi, ainda, Deputado da Assembléia Geral Legislativa por Alagoas, na 10ª legislatura, de 27 de fevereiro de 1857 a 16 de setembro de 1860.

²³ Monsenhor Olímpio Campos foi um jornalista, sacerdote, professor e político brasileiro. Presidiu, entre 1899 a 1902, o Estado de Sergipe, exercendo, posteriormente, o cargo de senador, deputado federal e provincial.



Fig. 10 – Fachada do Palácio Museu Olímpio Campos
Foto: Raphael Reis, 2015.

Ainda conforme as proposições dos autores (2013), o PMOC foi tombado através da sanção do decreto nº 6.818 de 1985, em face de sua relevância enquanto “um dos mais significativos monumentos da arquitetura oficial e importante referencial da história política e da cultura sergipanas” (VASCONCELOS; AZEVEDO; ANDRADE, 2013, p. 11). Nos idos de 2010, após ser submetido a um minucioso programa de restauração, o casarão foi aberto para a visitação pública.

Sua missão institucional consiste em narrar, através do imponente acervo exposto, a trajetória política e cultural de Sergipe, delimitando um recorte temporal que vai desde o período imperial até a implementação do regime republicano. O acervo da instituição é composto, basicamente, por quadros, bustos e fotografias que se encontram dispostas em expografias cenográficas. O PMOC está localizado na Praça Fausto Cardoso e encontra-se aberto para plena visitação de terça a domingo, das 10h às 17h; durante os sábados, exerce suas funções das 9h às 13h. A visitação é gratuita.

4.2.5. Centro de Memória Des. José Andrade Góes

Abrigado nas instalações do TRE/SE, o Centro de Memória Eleitoral Des. José Andrade Góes representa um marco no processo de resgate a memória eleitoral do Brasil, sobretudo, de Sergipe. Sob a administração do seu patrono, que presidiu a instituição entre 1999 e 2001, foi sancionado o Programa Cidadão, cujo objetivo consistia, a rigor, em organizar o acervo documental dos cartórios eleitorais regionais. Após a resolução nº 15, promulgada em novembro de 2000, é oficializada a criação do CEMEL/TRE.



Fig. 11 – Fachada do Centro de Memória Des. José Andrade Góes
Foto: Janaína Mello, 2013.

Quando do fim das eleições municipais daquele ano, uma comissão enveredou-se pelo cumprimento de um programa de pesquisa sistematizado sobre alguns períodos da historiografia eleitoral de Sergipe, desenvolvendo atividades associadas a análise, seleção e organização dos materiais. Após a execução das principais diretrizes do projeto, o CEMEL é inaugurado em 06/02/2001.

Em seus 15 anos de pleno funcionamento, a instituição foi responsável por adquirir um robusto quantitativo de objetos que narram a trajetória dos pleitos eleitorais em Sergipe. Não obstante, o enquadramento funcional que se debruçou sobre o discurso expográfico da instituição elencou os elementos que subsidiariam sua proposta temática, realizando um relevante levantamento documental.

No bojo dos objetos selecionados, é possível encontrar algumas urnas eleitorais que remetem aos princípios do século XX, iconografias dos principais dirigentes da política nacional/local e fotografias que elucidam a evolução das zonas eleitorais de Sergipe. Com o intento de extroverter essa robusta quantidade de informações de maneira lúdica, portanto, optou-se por instituir uma “linha do tempo” no espaço geográfico cedido para abrigar às coleções, estabelecendo um recorte temporal que vai desde as primeiras eleições, processadas em meados do século XIX, até os pleitos eleitorais que correspondem a contemporaneidade, perpassando pelos períodos da República Velha e do Regime Ditatorial, respectivamente.



Fig. 12 – Expografia do CEMEL
Foto: Raphael Reis, 2014.



Fig. 13 – Expografia do CEMEL
Foto: Raphael Reis, 2014.

Há cerca de um ano, visando intensificar as potencialidades do memorial, a Ouvidoria do TRE-SE sancionou uma proposta cuja intervenção consiste em direcionar recursos financeiros advindos das instâncias do Poder Judiciário, intencionando revitalizar, na íntegra, a disponibilidade infraestrutural do CEMEL, propondo a aproximação do público mediante a instalação de equipamentos modernos e interativos. É dessa maneira, a rigor, que o CEMEL concede sua parcela de contribuição para a sociedade, conforme prescreve suas normas estatutárias.

Vale salientar, ainda, que o CEMEL, ao contrário da grande maioria de instituições museais alocadas em Aracaju, não encontra-se devidamente cadastrado junto ao IBRAM e suas instâncias competentes, que, dentre outras ações, promove “a informatização de museus, modernização de infraestruturas museológicas, financiamento e fomento para museus e aquisição e gerenciamento dos acervos

museológicos”.²⁴ Para dirimir a citadina problematização e inserir o Memorial, efetivamente, no cenário museológico estadual/nacional, o curso de Museologia da UFS, através dos projetos “Museus de Sergipe” e “Nas urnas do TRE”, intermediou a oficialização de um convênio com o TRE, órgão mantenedor do espaço museal.

Todos os esforços necessários foram empreendidos visando a plena execução do planejamento estratégico, devidamente elaborado por uma equipe multidisciplinar. Entretanto, uma indisposição unilateral comprometeu a oficialização da parceria.

O investimento, de acordo com conversas preliminares das partes envolvidas, seria aplicado no processo de revitalização da exposição do CEMEL, bem como na intensificação das atividades museológicas dos locais, dentre as quais destacamos as etapas da cadeia operatória da Museologia. A instituição, assim como o TRE, funciona de segunda a sexta, das 8h às 12h, e a admissão é gratuita.

4.2.6. Memorial do Teatro Sergipano

Inaugurado em pleno Dia Internacional do Teatro, a 27/03/2007, o Memorial do Teatro Sergipano foi oriundo de uma iniciativa particular, idealizada por Raimundo Venâncio, profissional que se envereda pelas artes cênicas há alguns anos. O ato, cercado de expectativas pelos principais envolvidos, ocorreu no auditório do Complexo Lourival Batista, espaço que abrigava a unidade museal.

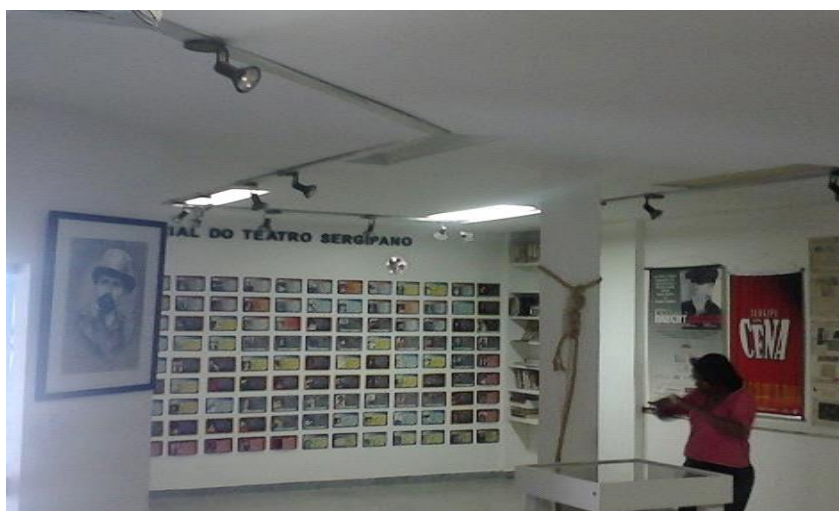


Fig. 14 – Expografia do Memorial do Teatro Sergipano
Foto: Raphael Reis, 2013.

²⁴ Para saber mais sobre as atribuições da Política Nacional de Museus e do Sistema Brasileiro de Museus, acessar: <http://www.museus.gov.br/>.

Após uma árida e extensa consulta bibliográfica, que perpassou pelo levantamento de artigos e manuscritos do gênero, nenhuma informação relacionada ao Memorial foi identificada. Diante do exposto, seis anos após a inauguração do espaço, dirigi-me ao Complexo Lourival Batista e iniciei a entrevista com Raimundo Venâncio, até então diretor do memorial, objetivando extrair informações que residiam nos reveladores testemunhos orais. A postos para a conversa, o depoente iniciou as apresentações e revela sua formação.

Meu nome é Raimundo Venâncio e sou diretor do Teatro Lourival Batista. Eu tenho nível superior incompleto em Pedagogia, mas sou ator de formação (sic).²⁵

Entre risos, lamentações e boas recordações dos primeiros anos de funcionamento do Memorial, Venâncio foi indagado, através de uma entrevista semiestruturada, sobre o breve o breve histórico da instituição. Sob uma aura de nostalgia, ele afirmou:

O Memorial foi iniciado em 2007. A princípio, o objetivo era imitar a calçada da fama, colocando aqueles quadrinhos. Iniciamos com aqueles quadros ali, que homenageiam os artistas das décadas de 50 e 60 [...] Depois, nós fomos recebendo doações (sic).²⁶

Trocando em miúdos, a missão institucional do Memorial consistia, basicamente, em salvaguardar e preservar a trajetória das artes cênicas de Sergipe, narrando, através dos objetos dispostos em sua expografia, as contribuições dos vários artistas locais que se destacaram durante as décadas de 60 e 70. O acervo do Memorial é dispunha de 36 placas, as quais mostravam fotos, discos e textos que disponibilizavam um breve histórico de cada artista evidenciado.

Em seguida, o ator foi questionado sobre os mecanismos de fomento do espaço e, caso houvesse algum órgão mantenedor, solicitei para que o mesmo revelasse. A declaração foi surpreendente.

Não recebemos absolutamente nada! Não temos pessoas especializadas para preservar o acervo [...] quem preserva é a gente mesmo. Não dispomos de catalogação alguma e estamos fora do padrão de qualidade (sic).²⁷

²⁵ Entrevista de Raimundo Venâncio, concedida em 25/02/2014. Aracaju, 2013.

²⁶ Idem.

²⁷ Idem.

Em função dos reincidentes problemas institucionais atestados pelo depoente, o Memorial do Teatro Sergipano, único espaço com perfil museal de Sergipe que narrava a trajetória da promissora arte cênica local, foi desativado há três anos e o diretor Raimundo Venâncio, responsável pela articulação do processo de aquisição do acervo, recolheu todos os objetos sob a sua salvaguarda, interrompendo, desse modo, o exercício de resgate da memória dos nossos destacados profissionais e admiradores do teatro sergipano.

4.2.7. Memorial do Poder Judiciário

Atualmente intitulado Palácio Sílvio Romero, o significativo e imponente bem arquitetônico que abriga o Memorial do Judiciário de Sergipe possui um histórico igualmente insofismável ao de seu patrono. Erguido em homenagem póstuma ao cidadão jurista, uma das figuras mais brilhantes da intelectualidade sergipana, seu processo de construção se deu em meados de 1892, durante a gestão de José Calasans.

Após três anos de ostensivas obras, o prédio foi inaugurado e sediou, até 1930, o Tribunal de Relação, quando, através de uma manobra do poder executivo estadual, o órgão do poder judiciário foi contemplado com outro espaço. Nesse ínterim, abrigou o IHGSE, a Academia Sergipana de Letras, dentre outras entidades, conforme as informações disponíveis no site da instituição.²⁸

²⁸ Para saber mais: www.tjse.jus.br/memorial/institucional/historico-do-predio.



Fig. 15 – Fachada do Memorial do Poder Judiciário de Sergipe
Foto: Raphael Reis, 2015.

Com a sua disponibilidade infraestrutural operando precariamente, as autoridades competentes executaram um sofisticado programa de revitalização do prédio e, em 02 de dezembro de 2004, numa convidativa cerimônia de solenidade, o Memorial do Judiciário foi inaugurado. A missão da instituição, de acordo com os itens discriminados em seu regimento, visa aglutinar e expor documentos que versam sobre a história do Poder Judiciário de Sergipe. Seu acervo é constituído de documentos textuais, sonoros e bibliográficos. O Memorial do Judiciário, como é popularmente conhecido, está localizado na intersecção entre a Praça Olímpio Campos e a Rua Itaporanga. Funciona de segunda a sexta, das 8h às 14h, e a admissão é gratuita.

4.2.8. Memorial Epifânio Dória

Sediado nas instalações da Biblioteca Pública Epifânio Dória,²⁹ o Memorial erigido em seu nome é uma das principais peculiaridades da instituição, criada nos idos dos oitocentos, em São Cristóvão, até ser transferida para Aracaju, após a mudança da capital.

²⁹ Epifânio Dória foi um jornalista, pesquisador e documentarista que exerceu, dentre outras funções, a presidência do Arquivo Público do Estado.

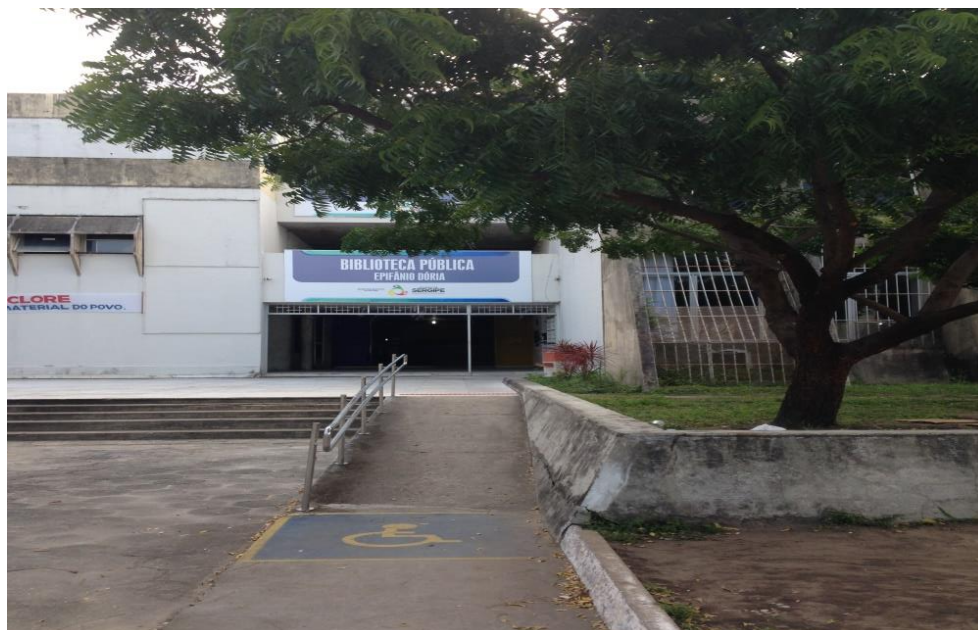


Fig. 16 – Fachada da Biblioteca Pública Epifânio Dória
Foto: Raphael Reis, 2015.

O espaço foi criado, conforme informações coletadas através dos funcionários,³⁰ com o propósito de preservar e salvaguardar a memória da Biblioteca, bem como os aspectos biográficos de Epifânio Dória, que exerceu o cargo de bibliotecário da casa. Seu acervo é constituído de documentos, livros, mobílias e banners expositivos que narram a destacada trajetória intelectual de seu proeminente patrono.

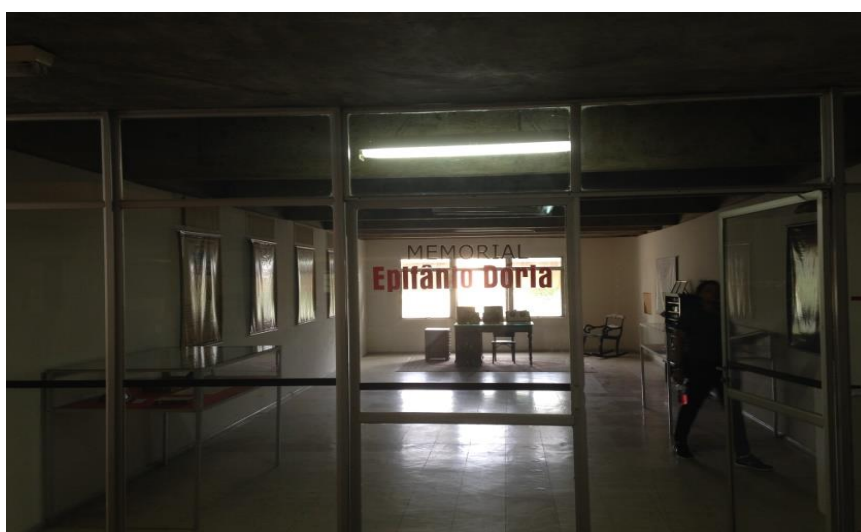


Fig. 17 – Entrada de acesso ao Memorial Epifânio Dória
Foto: Raphael Reis, 2015.

³⁰ As conversações foram realizadas com alguns funcionários da instituição em 15/03/2014.

Embora esteja abrigado em uma das bibliotecas mais famosas do Estado,³¹ o Memorial Epifânio Dória não possui cadastro junto ao IBRAM. No entanto, como o órgão permanece vinculado a Secretaria de Cultura, o espaço museal de cunho biográfico é beneficiário das subvenções da esfera estatal. A 01 de abril de 2016, inclusive, a Secult, através do então secretário Élber Batalha, inaugurou as novas instalações da Biblioteca Pública e o Memorial, assim como outras dependências da entidade, foi realocado e submetido a um ostensivo processo de organização, tencionando proporcionar maior visibilidade de seu conteúdo para pesquisadores e demais visitantes. A instituição está localizada na Rua Vila Cristina, Bairro Treze de Julho, e funciona de segunda a sexta, das 8h às 17h. A visitação é gratuita.

4.2.9. Memorial Dom Luciano Duarte

Parte integrante do Instituto Luciano Duarte, o Memorial erigido em do emérito arcebispo aracajuano é mais um espaço sergipano de perfil museal cujo sustentáculo narrativo versa sobre a religiosidade. Sua missão institucional consiste em resgatar a trajetória de Luciano José Cabral Duarte, enfatizando sua grandiloquente atuação nos círculos da oficialidade clerical.



Fig. 18 – Fachada do Instituto Dom Luciano Duarte

Foto: <http://www.idld.com.br/index2.php?link=2>. Acessado em: 13/02/2015.

³¹ Outra instituição de pesquisa de notória visibilidade é a Biblioteca Municipal Clodomir Silva, responsável por abrigar um Memorial homônimo que está devidamente incluso no cadastro do IBRAM, visando resgatar a trajetória de seu patrono.

O acervo do memorial é composto por alva, paramento, sobrepeliz, estola e anéis. A sala dedicada a salvaguarda da memória de Duarte está localizada na Rua João Calazans, 53, funcionando de segunda a sexta, das 08h às 12h. A visitação é gratuita.

4.2.10. Memorial de Sergipe

Idealizado pelos professores do Departamento de Educação da Universidade Tiradentes, em 20 de janeiro de 1998, o Memorial de Sergipe era uma das poucas instituições museais do estado que encontrava-se sob a direção de um museólogo.³² De acordo com os critérios de classificação do IBRAM, a instituição está inserida em uma categoria museal que remete, para efeito de comparação, aos antigos “Gabinetes de Curiosidades”, haja vista o ecletismo da composição de seu acervo. Não obstante, o Memorial abrigava dentro de suas instalações, ainda, o Centro de Memória Lourival Baptista, um espaço reservado para reproduzir os fragmentos biográficos de um dos dirigentes mais proeminentes de Sergipe.³³



Fig. 19 – Fachada do Memorial de Sergipe
Foto: Mairon Hothon, 2012.

³² O Memorial de Sergipe permanecia sob a direção da museóloga Fabiana Carnevale desde 2004. No entanto, a profissional foi desintegrada do enquadramento funcional da instituição há alguns anos. As demais instituições, de acordo com o levantamento da pesquisa, reduzem-se ao Museu Artístico e Histórico Antônio Nogueira, presidido por Ludmilla Oliveira, além do Museu Galdino Bicho, que permanece sob a direção da também museóloga Sura Carmo.

³³ O Memorial de Sergipe, assim como o espaço dedicado a Lourival Batista, encontra-se com as atividades temporariamente suspensas desde meados do ano passado, uma vez que seu acervo foi submetido ao processo de traslado, em função, sobretudo, de sua localização.

A missão institucional do Memorial consiste, conforme as informações discriminadas em sua página oficial, em “preservar, conservar, estimular e divulgar a cultura sergipana através das representações simbólicas e, além disso, propor um Programa de Educação Patrimonial em conformidade com os objetivos do museu e seu entorno” (MEMORIAL DE SERGIPE, 2015). O seu acervo dispõe de, aproximadamente, treze mil peças que estavam distribuídas em treze salas, onde o visitante visualizava cerâmicas, condecorações, mobílias, objetos de paleontologia, dentre outros. Embora não exista previsão para realocar o acervo em uma instalação definitiva, o mesmo permanece, conforme as notificações da própria instituição, devidamente acondicionado em ambiente seguro. O bem imóvel que abrigava a coleção está localizado na Avenida Beira Mar, 626.

4.2.11. Memorial da Bandeira

Decorrente do desdobramento de algumas ações promovidas pela FUNCAJU (Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Esportes), o Memorial da Bandeira foi inaugurado em 02 de julho de 2004, sendo considerado pelos próprios idealizadores como um Museu de Rua.³⁴ Para além de atuar como um espaço de contemplação e fruição, a instituição realizava atividades educativas e exercia a função de centro de pesquisa, disponibilizando livros, periódicos e outros manuscritos que enfatizam a história política de Sergipe.



Fig. 20 — Fachada do Memorial da Bandeira
Foto: antiguidadecolecoeseartes.blogspot.com.br.

³⁴ Para a museóloga Ana Maria Dalla Zen (2001), os Museus de Rua consistem em “popularizar a idéia de museus, utilizando-se, para isso, da apropriação de espaços públicos” (ZEN, A. M. D, 2001, p. 05).

Sua missão institucional consistia, sobretudo, em evidenciar o itinerário de Sergipe em meio a uma trajetória política eivada de relevantes acontecimentos, através da exposição de bandeiras, brasões, selos e maquetes. O Memorial está localizado na Praça da Bandeira, centro. No entanto, foi desativado por tempo indeterminado.

4.2.12. Memorial da Advocacia Sergipana

Inaugurado durante a efeméride que celebrou o 75º aniversário da Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Sergipe (OAB/SE), em 11 de maio de 2010, o Memorial da Advocacia Sergipana foi resultante dos esforços empreendidos por uma equipe constituída sob a supervisão de Carlos Augusto Nascimento, até então presidente em exercício da entidade.

Sediado no Palácio da Cidadania, o espaço com perfil museal tem como principal missão, em linhas gerais, resgatar o histórico de atuação da OAB no Estado de Sergipe, estendendo o sustentáculo narrativo de seu projeto expositivo para evidenciar a trajetória de beneméritos advogados e dirigentes do órgão, que disponibilizaram robusta parcela de contribuição para a legitimação e fortalecimento da Ordem. O Memorial está localizado na Av. Ivo do Prado, nº 1072, funcionando conforme o agendamento de visitas. A admissão é gratuita.

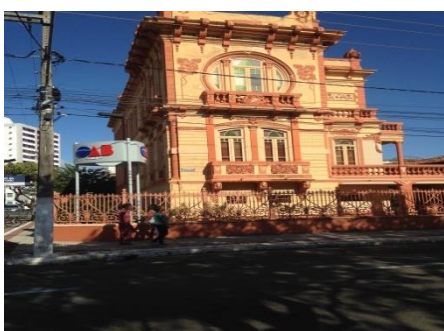


Fig. 21 – Fachada do Palácio da Cidadania
Foto: Raphael Reis, 2015.

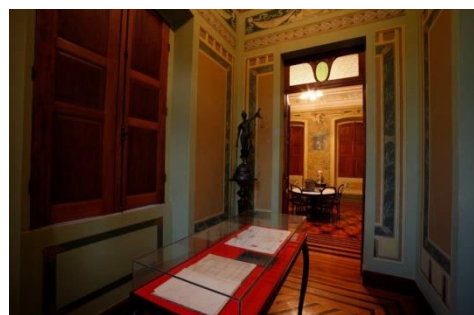


Fig. 22 – Expografia do Memorial
Foto: Lúcio Telles, 2011.

4.2.13. CCTECA Galileu Galilei

A CCTECA Galileu Galilei, segundo Cristina Barroso (2015), é proveniente de um projeto elaborado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação, que foi implementado pela Prefeitura de Aracaju, mediante às ações desenvolvidas pela Secretaria de Planejamento do município. Sua inauguração se deu em 22 de março de 2009.



Fig. 23 – Fachada da CCTECA Galileu Galilei
Foto: cctecaplanetario.blogspot.com.br

Uma vez que integra a categoria de Museus de Ciências, a missão institucional da CCTECA é, efetivamente, democratizar o acesso ao conhecimento científico para o público, através de um projeto expográfico que proporcione aos visitantes pleno acesso ao desenvolvimento das atividades relacionadas a Química, Física e Biologia, tornando-as lúdicas e aprazíveis. O espaço está localizado na Avenida Oviêdo Teixeira, nº 51, funcionando de terça a sexta, das 9h às 12h e das 14h às 17h; aos sábados e domingo, opera das 14h às 17h. A entrada é franca.

4.2.14. Galeria de Arte Álvaro Santos

Criada em 26 de setembro de 1966, sob a administração do prefeito Godofredo Diniz, a Galeria de Arte Álvaro Santos tornou-se o reduto das obras de artistas plásticos sergipanos.³⁵ A estrutura física da instituição foi modificada nos idos de 2000, quando João Gama, até então chefe do executivo municipal, realizou um projeto de revitalização e ampliação do espaço, que passou a contar com uma mini-biblioteca, segundo piso, sala audiovisual, além de salas para cursos de pintura.



Fig. 24 – Fachada da Galeria Álvaro Santos
Foto: Janaína Mello, 2013.

A missão institucional Galeria é, para efeito de análise, divulgar a produção artística dos nossos artistas plásticos, através da exposição de suas respectivas obras.³⁶ O espaço é vinculado a Funcaju e funciona de segunda a sexta, das 08h às 17h. A visitação é gratuita.

³⁵ O patrono que concedeu o nome a instituição era Álvaro Santos, irmão do primeiro diretor da casa, e um dos principais artistas plásticos de Sergipe.

³⁶ Além da Galeria Álvaro Santos, Aracaju abriga, também, a Galeria Jenner Augusto, Espaço Yázigi e Espaço D'Época. Vale salientar, ainda, que os cidadãos espaços estão cadastrados junto ao IBRAM e suas competências.

4.3. Museus de Laranjeiras

4.3.1. Casa de Cultura João Ribeiro

Três décadas após a implementação da primeira instituição com perfil museal em Laranjeiras, o município presenciou, a partir dos anos 60 e 70, assim como em todo país, uma verdadeira proliferação de museus.³⁷ Nesse período, a cidade foi elevada, em 1971, a categoria de Monumento Histórico, suscitando um desejo permanente de intensificar a preservação de seus bens tangíveis e intangíveis.

Em meio ao citadino período de efervescência, a Casa de Cultura João Ribeiro foi criada em 1973 e encontra-se instalada na residência de seu patrono, a quem os estudos literários e históricos serão eternamente gratos. De acordo Marcos de Freitas Costa (1998), a instituição foi fundada mediante a emissão do Decreto nº 2.726, em 27 de novembro de 1973, é vinculada a Secretaria de Cultura e teve sua inauguração oficializada em 04 de agosto do ano seguinte.



Fig. 25 – Fachada da Casa de Cultura João Ribeiro
Foto: Raphael Reis, 2015.

A Casa de Cultura João Ribeiro insere-se na categoria de museu biográfico e sua missão institucional consiste, dentre outras atribuições, em "preservar o acervo

³⁷ A primeira instituição museal de Laranjeiras foi o Museu Horácio Hora, em 1942, sendo desinstalado na década seguinte.

documental, literário, bibliográfico e artístico do homenageado (BARROSO; BARRETO, 2012, p. 02). Seu acervo é composto por anotações, imagens, obras literárias e outros fragmentos que narram a trajetória desse destacado intelectual sergipano. A instituição está localizada na Rua João Ribeiro, s/n, e funciona de terça a sexta, das 10h às 17h. A admissão é gratuita.

4.3.2. Museu de Arte Sacra de Laranjeiras

Idealizado através de um convênio oficializado entre a Arquidiocese de Aracaju, Prefeitura Municipal e Secretaria de Estado da Cultura, Sergipe conheceu o seu segundo Museu de Arte Sacra. Criado em 1978 para desenvolver as atividades de preservação e salvaguarda do acervo sacro das igrejas localizadas no Vale do Cotinguiba, teve como primeira sede fixa as dependências da Igreja Nossa Senhora da Conceição dos Homens Pardos. Após 17 anos de atuação naquela localidade, o MASL foi transferido, em definitivo, para um imponente casarão, portador de contornos arquitetônicos e estéticos pertencentes a corrente eclética, cujo ex-proprietário era o sr. Lafayette de Barros.



Fig. 26 – Fachada do Museu de Arte Sacra
Foto: Raphael Reis, 2015.

A missão institucional da entidade está engajada, efetivamente, no fortalecimento da crença mediante o discurso irradiado por seu robusto e significativo patrimônio sacro. Conforme Fágner dos Santos Bomfim e Nara Vieira de Souza (2009), o acervo da instituição é formado por peças e objetos que remetem aos séculos XVII, XVIII e XIX, estendendo-se até o XX. Neste nicho, segundo os autores (2009), podemos encontrar alfaia religiosas, porcelanas, oratórios, mobiliários e etc. O MASL encontra-se localizado a Rua da Independência, nº 240, funcionando de terça a domingo, das 10 às 17h. A taxa de visitação está avaliada em R\$ 2,00.

4.3.3. Museu Afro-brasileiro de Sergipe

Dando prosseguimento ao processo de tombamento das edificações na cidade de Laranjeiras durante a década de 70, o Governo do Estado criou, nos idos de 1976, através do Decreto nº 3.339, o Museu Afro-brasileiro de Sergipe. Sediado num casarão cujos contornos arquitetônicos remontam ao século XIX, o MABS seria, num primeiro momento, uma instituição voltada para a preservação da cultura popular, através da construção de um Museu do folclore. A proposta, contudo, foi reelaborada e optou-se por constituir, então, um museu que se enveredava pelos estudos afro-brasileiros. (SANTOS; MENDONÇA; BONFIM, 2012).



Fig. 27 – Fachada do Museu Afro-brasileiro de Sergipe
Foto: Raphael Reis, 2015.

De acordo com os autores (2012), que parafrasearam a professora Verônica Nunes, a instituição foi inaugurada na abertura das festividades do I Encontro Cultural de Laranjeiras, a 30 de maio de 1976. Acrescentaram, ainda, que o MABS foi responsável por cultivar o equilíbrio entre a cultura oficial e os fazeres do povo, atendendo, desse modo, às tendências do movimento de renovação dos museus brasileiros, momento de ruptura responsável por legitimar e consolidar o surgimento de novas identidades coletivas.

Neste contexto, a missão institucional do MABS é narrar, através das atividades de pesquisa, preservação e comunicação, fragmentos da monocultura canavieira de Sergipe, enfatizando a participação do negro enquanto protagonista de todo o processo. Seu acervo é constituído de acessórios utilizados para a moenda da cana, instrumentos de tortura, indumentárias, dentre outros objetos que remetem a cultura da produção canavieira. A instituição localiza-se a Rua José do Prado Franco, nº 30, e funciona de terça a sexta, das 10h às 17h; aos domingos e feriados, opera das 13h às 17h. A taxa de admissão custa R\$ 2,00.

4.3.4. Casa de Folclore Zé Candunga

Proveniente do desdobramento de uma comissão realizada pela Secretaria Municipal de Cultura, a Casa de Folclore Zé Candunga foi oficialmente fundada em 2005. Conforme atesta Allyne Francine Souza (2013), através dos esforços coletivos de alguns integrantes que se enveredavam pelo campo cultural laranjeirense,³⁸ a instituição passou a ser beneficiária, inicialmente, das subvenções da FAFEN (Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados).

³⁸ De acordo com Souza (2013), participaram da comissão a prof. Isaura Ramos, ex-diretora do MABS; Enaldo Santos, até então secretário de cultura; e Nam Almeida, funcionária da secretaria.



Fig. 28 – Fachada da Casa de Folclore Zé Candunga
Foto: Raphael Reis, 2015.

A nomenclatura da instituição foi atribuída, ainda de acordo com a autora (2013), como uma simbólica maneira de homenagear postumamente uma destacada figura do movimento cultural da cidade: o brincante e rezador José Borges Lacerda, conhecido popularmente pelo apelido de Zé Candunga. A missão institucional da Casa de Folclore é, por excelência, construir discursos que narram o itinerário das representações folclóricas do município de Laranjeiras.

Inserido na categoria de museu antropológico e etnográfico, conforme os critérios de classificação do IBRAM, o espaço possui um acervo composto por indumentárias, estandartes de antigas edições do Encontro Cultural, dentre outros objetos do gênero, que ressignificam a robusta e insofismável trajetória da cultura popular laranjeirense, fortalecendo a consolidação de novas identidades coletivas e representando o permanente desejo dos modernistas, nos idos das décadas de 30 e 40, em conceber espaços privilegiados para a contemplação das referências culturais populares. A Casa Zé Candunga está localizada na Travessa Coronel Freitas, nº 49, funcionando de terça a domingo, das 8h às 15h. A visitação é gratuita.

4.4. Museus da Região Agreste

4.4.1. Museu Artístico e Histórico Antônio Nogueira

Idealizado pelo prefeito Valmir de Francisquinho, o Museu de Itabaiana, como é popularmente conhecido, foi produto dos festejos de emancipação política do município, em 28 de agosto. Posto isto, a atual gestora Ludmilla Oliveira, única museóloga do enquadramento funcional da instituição, requereu a documentação básica do IBRAM, visando estabelecer diretrizes para a concepção do Museu. Em seu depoimento, ela afirma:

Então, o prefeito tinha como interesse, naquele ano, inaugurar o museu em agosto. Então, eu corri atrás da documentação básica para o museu; tive como aporte bibliográfico um manual que existe no IBRAM, que é o Instituto Brasileiro de Museus, chamado Como Gerir Museus Municipais (sic).³⁹

Com base na Lei 11.904, prerrogativa que constitui o Estatuto dos Museus, promulgada em janeiro de 2009, os responsáveis pela criação da instituição encaminharam projetos a câmara de vereadores local, pleiteando a criação do Museu. Em 11 de abril de 2011, a Lei 1.465 foi promulgada, prescrevendo a construção do Museu Artístico e Histórico de Itabaiana Antônio Nogueira.⁴⁰



Fig. 29 – Fachada do Museu Artístico e Histórico Antônio Nogueira
Foto: Raphael Reis, 2015.

³⁹ Entrevista de Ludmilla Oliveira, concedida em 04/12/2013. Itabaiana, 2013.

⁴⁰ O patrono da instituição, popularmente conhecido como “Seu Ferreirinha”, era um cidadão do próprio município, cuja família doou grande parte de seu acervo pessoal. Segundo Ludmila, ele colecionava amontoados de objetos instintivamente.

A missão institucional do espaço consiste, segundo Oliveira (2014), em “promover a apropriação do patrimônio cultural, por meio das ações museológicas de pesquisa, preservação e comunicação” (OLIVEIRA, 2014, p. 12). Seu acervo é composto por mobílias, quadros, retratos, prataria, dentre outros. O Museu de Itabaiana está localizado na Rua São Domingos, 345, e funciona de segunda a sexta, das 07h às 18h; aos sábados, operada das 08h às 13h. A admissão é gratuita.

4.4.2. Museu da Música da Filarmônica Nossa Senhora da Conceição

Também localizado em Itabaiana, integrado nas instalações da bicentenária Filarmônica Nossa Senhora da Conceição, o Museu da Música é o sustentáculo narrativo da instituição musical mais antiga do país, a qual possui duzentos anos de exercícios ininterruptos.



Fig. 30 – Fachada da Filarmônica Nossa Senhora da Conceição
Foto: Raphael Reis, 2015.

A FNS é proveniente do município de Itabaiana e, conforme a historiografia local,⁴¹ teve em 1745 o seu ano de fundação a partir da Orquestra Sacra, regida pelo padre Francisco da Silva Lobo. Nesse ínterim, após 134 anos de funcionamento, sua nomenclatura foi modificada para Filarmônica Euphrosina.

Dezoito anos depois, em meados de 1897, concebeu-se a sua nomenclatura definitiva, carregando-a consigo até os dias de hoje. Em 2007, tendo em vista sua eloquência já constituída por méritos e prestação de serviço, a Filarmônica Nossa Senhora da Conceição foi contemplada com o programa de apoio as orquestras, cujo fomentador é o Ministério da Cultura. Após angariar um robusto quantitativo de parcerias, a instituição tornou-se de utilidade pública, conforme as normas regimentais e estatutárias aplicáveis. A Filarmônica, contudo, não se reduz àquelas concepções retrógradas atribuídas as entidades do gênero, pois contribui preponderantemente para o desenvolvimento sócio-cultural do município Itabaiana e adjacências, mantendo a escola de música, corais infantis e atividades afins.

Nessa perspectiva, durante a entrevista com Valtenio Alves de Souza, maestro e até então diretor do Museu, foram reportadas as principais informações acerca da unidade museal. Conforme as afirmações de Valtenio:

O Museu foi inaugurado em 28 de agosto de 1998 e sua missão é preservar o patrimônio gráfico e instrumental da instituição através da exposição de iconografias, instrumentos musicais e várias partituras engrandecem o local. (sic)⁴²

O responsável pela instituição enfatizou, ainda, que o Museu da Música, quando da concessão daquela entrevista, não encontrava-se sob a tutela do cadastro supervisionado pelo IBRAM e que os subsídios responsáveis pela manutenção do espaço provinham de um programa implementado pelo Ministério da Cultura. De acordo com a última atualização do portal do Instituto Brasileiro de Museus, todavia, a instituição, assim como o Museu de Itabaiana, integra devidamente o cadastro e agora, definitivamente, é parte constitutiva das instituições museais brasileiras inseridas na imprescindível Política Nacional de Museus.

⁴¹ Podemos incluir, neste nicho, o livro “Santa Almas de Itabaiana Grande” (1973) e “A República Velha em Itabaiana” (2000), de Vladimir de Carvalho.

⁴² Entrevista de Valtenio Alves de Souza, concedida em 17/07/2014. Itabaiana, 2014.

O Museu da Música Filarmônica Nossa Senhora da Conceição está localizado na Praça Fausto Cardoso, nº 40, e seu horário de funcionamento opera de acordo com o agendamento de visitas. A admissão é gratuita.

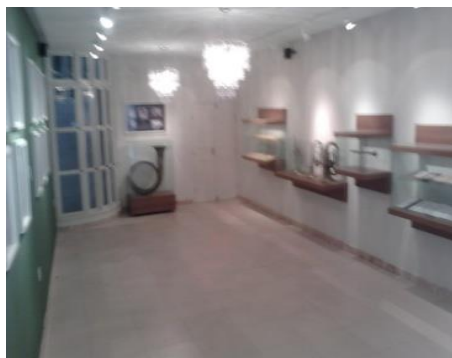


Fig. 31 – Expografia do M. da Música
Foto: Raphael Reis, 2014.



Fig. 32 - Expografia do M. da Música
Foto: Raphael Reis, 2014.

4.4.3. Museu do Cangaço

Concebido mediante os esforços individuais de Antônio Porfírio de Matos Neto, o Museu do Cangaço, localizado no Povoado Alagadiço, zona rural de Frei Paulo, fora inaugurado em 2008 e encontra-se sob a aura dos antigos “Gabinete de Curiosidades”.⁴³ Após iniciar algumas tratativas com organismos públicos, com o intento de executar o projeto de criação de uma unidade museal para narrar a sangrenta incursão dos cangaceiros naquela localidade, foram-lhe emitidos vários indeferimentos. As negativas, no entanto, não obstruíram as aspirações do intelectual e, através de recursos financeiros próprios, erigiu o seu grande sonho: o Museu do Cangaço de Sergipe.

⁴³ Porfírio Neto, fundador da unidade museal, é membro da Sociedade Brasileira de Estudos do Cangaço (SBEC).



Fig. 33 – Fachada do Museu do Cangaço de Sergipe
Foto: Porfírio Neto, 2011.

A missão institucional espaço, para efeito de análise, é narrar a sangrenta passagem dos cangaceiros, com ênfase nas ações persecutórias perpetradas por “Zé” Baiano, integrante do bando de Lampião, pelas faixas de terra que compreendem o Povoado Alagadiço, uma das mais simbólicas e antigas zonas rurais do município de Frei Paulo.

O acervo da unidade museal, adquirido por seu idealizador em pesquisas de campo, conta com figuras, fotografias, pinturas e armamentos. Segundo algumas informações do Jornal da Cidade (2012), o Museu do Cangaço abriga, ainda, uma biblioteca que possui, aproximadamente, dez mil obras, trasladadas após algumas viagens de Porfírio Neto a São Paulo. A instituição está localizada na Rua Nova Brasília, s/n, e funciona de segunda a domingo, das 8h às 17h. A visitação é gratuita.

4.5. Museus do Leste Sergipano

4.5.1. Memorial Histórico Otávio Aciolli Sobral

Inaugurado em 1996, sob a administração do prefeito Hélio Sobral, o Memorial Histórico Otávio Aciolli representa um marco no campo cultural de Japaratuba e, sobretudo, do Leste Sergipano, pois é a única instituição detentora de perfil museal em toda a região. De acordo com Barroso (2013), o bem imóvel que abriga o Memorial era propriedade de um religioso conhecido como Padre Caio, que, *a posteriori*, deixou a residência sob a guarda de suas proles.

Os filhos do antigo proprietário da residência, contudo, venderam-na para o prefeito Hélio Sobral, um dos principais responsáveis pela articulação que implicou na criação da instituição. Conforme a autora (2013), ainda, o prédio preserva os traços e contornos arquitetônicos do século XIX, representando, assim, o incommensurável poder financeiro exercido pela família que capitaneou a sua construção.



Fig. 34 – Fachada do Memorial Histórico Otávio Aciolli Sobral
Foto: Janaína Mello, 2013.

A missão institucional do Memorial Aciolli Sobral é promover a democratização da cultura, bem como solidificar os laços identitários dos munícipes daquela localidade. O seu acervo é composto por mobílias, objetos sacros, aparelhos eletrônicos antigos, dentre outros.

Embora atue como a unívoca instituição da região leste de nosso Estado, o Memorial não foi cadastrado, até o momento, pelas instâncias responsáveis, caracterizando-se como mais um integrante do grupo de espaços sergipanos com perfil museal que transita pelas margens da Política Nacional de Museus. A unidade museológica está localizada na Praça Padre Caio Tavares, nº 100, e funciona de segunda a sexta, das 8h às 14h. A admissão é gratuita.

4.6. Museus do Alto-Sertão

4.6.1. Museu de Arqueologia de Xingó

Instalado através de um convênio oficializado entre CHESF e Petrobrás, sob a supervisão da UFS e FAPESSE, o Museu Arqueológico de Xingó, alocado no município de Canindé do São Francisco, foi inaugurado nos idos de abril do ano 2000, consolidando-se, desde então, como uma das unidades museais mais famosas da região nordeste.⁴⁴ A implantação de um projeto arquitetônico e museográfico, que, intempestivamente, causou uma ruptura com os demais espaços museais de Sergipe, tradicionalmente instalados em bem imóveis revitalizados e portadores de acervos em condições sofríveis, caracterizou-se como elemento fundamental para suscitar o interesse do público desprovido *habitus culto*, conforme atesta Pierre Bourdieu (1983).



Fig. 35 – Fachada do Museu de Arqueologia de Xingó
Foto: Catálogo do IHGSE, 2000.

⁴⁴ O Max encontra-se sob a tutela da Universidade Federal de Sergipe.

A missão institucional do MAX consiste, sobretudo, em salvaguardar o patrimônio arqueológico da região que compreende o Baixo São Francisco, bem como “dar adequada curadoria aos vestígios arqueológicos coletados na área e posto sob a guarda da Universidade Federal de Sergipe” (MENDONÇA, 2012, p. 14). O acervo da unidade museal é constituído de esqueletos, faunísticos, líticos, entre outros. O Museu conta, também, com uma unidade administrativa, localizada nas instalações da UFS. A dependência que abriga as coleções localiza-se entre a rodovia Canindé-Piranhas e funciona de terça a sábado, das 8h às 17h; aos domingos, a instituição opera das 8h às 16h. A admissão é gratuita.

4.6.2. Memorial Alcino Alves Costa

A necessidade de constituir um espaço privilegiado para preservar e salvaguardar os fragmentos da vida de Alcino Alves Costa e, sobretudo, da cultura sertaneja, levou o cronista e escritor Rangel Alves da Costa a fundar um Memorial que carrega consigo o nome de seu pai.⁴⁵



Fig. 36 – Fachada do Memorial Alcino Alves Costa
Foto: Rangel Alves da Costa, 2015.

⁴⁵ Alcino Alves Costa foi um poeta, historiador e compositor que nasceu em Poço Redondo e tornou-se uma das figuras mais ilustres daquele município.

Inaugurado em 26 de julho de 2015, em uma convidativa cerimônia de solenidade, o Memorial Alcino Alves Costa foi o primeiro espaço museal da cidade de Poço Redondo, representando, desse modo, um grande movimento de renovação na salvaguarda das referências culturais sertanejas. De acordo com o seu idealizador:

O Memorial foi idealizado não somente para ter a obra e a memória de Alcino Alves Costa como referência e objeto de pesquisa, mas também como espaço privilegiado para o contato e conhecimento da história e da cultura sertaneja. Ali o interessado encontrará aspectos relacionados às revoltas sociais nordestinas, ao cangaço, messianismo, raízes culturais, tradições nordestinas e todo o percurso histórico que permitiu o desbravamento e a formação do sertão, bem como sua tradição forrozeira, da viola caipira e demais manifestações musicais tipicamente sertanejas. Daí que é um Memorial ainda em construção, pois tudo isso ali estará presente como objeto de pesquisa e de contato (BLOG DO RANGEL ALVES DA COSTA, 2015).

Não obstante, seu acervo é composto por objetos pessoais de Alcino Alves da Costa, mobílias, quadros e livros que fazem jus a missão institucional do espaço. Vale salientar, entretanto, que o Memorial é desprovido de cadastrado no IBRAM, tornando-se não beneficiário das subvenções e estratégias efetivas asseguradas pela Política Nacional de Museus. Com a ampla circulação deste manuscrito após ser integrado ao banco de dados da UFS e a ostensiva contribuição do site, intitulado “Museus de Sergipe”, espera-se que o Memorial Alcino Alves da Costa, bem como outras instituições que transitam pelo anonimato, sejam devidamente reconhecidas e protagonizem insofismáveis papéis na seara cultural sergipana. A instituição está localizada na rua Gustavo Melo, s/n, e funciona de terça a sábado, das 08h às 17h. A visitação é gratuita.



Fig. 37 – Expografia do Memorial
Foto: Rangel Alves da Costa, 2015.



Fig. 38 – Expografia do Memorial
Foto: Rangel Alves da Costa, 2015.

4.7. Museus do Centro Sul Sergipano

4.7.1. Memorial de Simão Dias

Produto das comemorações do centenário de Simão Dias, em 1991, o Memorial é o primeiro e único espaço com perfil do município. Foi criado através da Lei nº 15/80, a 18 de junho de 1990, e está abrigado no antigo quartel da polícia local.



Fig. 39 – Fachada do Memorial de Simão Dias
Foto: Marcelo Domingos de Souza, 2004.

Embora tenha sua fundação datada de princípios dos anos 90, o Memorial de Simão Dias não possui o devido registro junto aos órgãos competentes e permanece sob a tutela da prefeitura municipal, seu principal organismo mantenedor. Partindo da premissa de que a preservação da memória é parte constitutiva imprescindível para o exercício da cidadania, o espaço carrega consigo como principal missão institucional a salvaguarda da trajetória do município, estabelecendo um recorte temporal que remete a chegada do vaqueiro Simão Dias, considerado o fundador da cidade, perpassando pela formação dos primeiros povoados, até a contemporaneidade.

O acervo do espaço é composto por documentos impressos e fotografias. O Memorial está localizado na Rua Dr. Pedro Barreto, nº 39, funcionando excepcionalmente de segunda a sexta em dois períodos: das 8h às 12h e das 14 às 17h. A visitação é gratuita.

4.8. Museus do Sul Sergipano

4.8.1. Museu Raimundo Fonseca

Fundado em 24 de novembro de 1994, quando o município de Boquim encontrava-se sob a administração do prefeito Horácio Fontes, o Museu Raimundo Fonseca foi resultante dos esforços empreendidos por Ana Maria Medina, responsável pela elaboração e execução de seu projeto.⁴⁶ A entidade recebeu a cidadina nomenclatura para homenagear, de maneira póstuma, um proeminente munícipe daquela localidade.



Fig. 40 – Entrada de acesso do Museu Raimundo Fonseca
Foto: Fábio Figueirôa, 2011.

⁴⁶ O museu mantém-se vinculado a Secretaria de Esportes, Lazer e Cultura do município de Boquim

O acervo do museu é composto por medalhas de confraria, quadros em óleo sobre tela, ferramentas do campesinato local, louças inglesas, dentre outros. A sua missão institucional consiste, basicamente, em narrar o rico passado de Boquim mediante as coleções expostas, visando, sobretudo, fortalecer e estreitar os laços identitários da comunidade com o município. O Museu Raimundo Fonseca está localizado na Avenida Manoel Eugênio, s/n, funcionando de segunda a sexta, das 8h às 17h. A entrada é franca.

4.8.1. Memorial de Indiaroba

Criado em 08 de dezembro de 2011, o Memorial de Indiaroba foi instalado no bem imóvel da tradicional família Mendonça de Araújo. A missão institucional do espaço é, a rigor, resgatar a trajetória da influente família do município. O seu acervo dispõe de mobílias, retratos e outros pertences dos membros que compõem a árvore genealógica dos Araújo.

A unidade museológica está localizada na Rua Marechal Rondon, s/n, e funciona de quinta a domingo, das 9h às 12h e das 14h às 17h. A admissão é gratuita.



Fig. 41 – Fachada do Memorial de Indiaroba
Foto: Enio Godoy, 2015.

4.9. Mapeamento dos Museus de Sergipe

Após uma árida e extensa análise que versou sobre a identificação dos espaços com perfil museal alocados Sergipe através da realização dos estudos de caso descritivos, a presente seção objetiva promover o processo de mapeamento, utilizando, para fins de ilustração, o mapa político de nosso Estado, apontando os museus alocados em seus respectivos municípios.

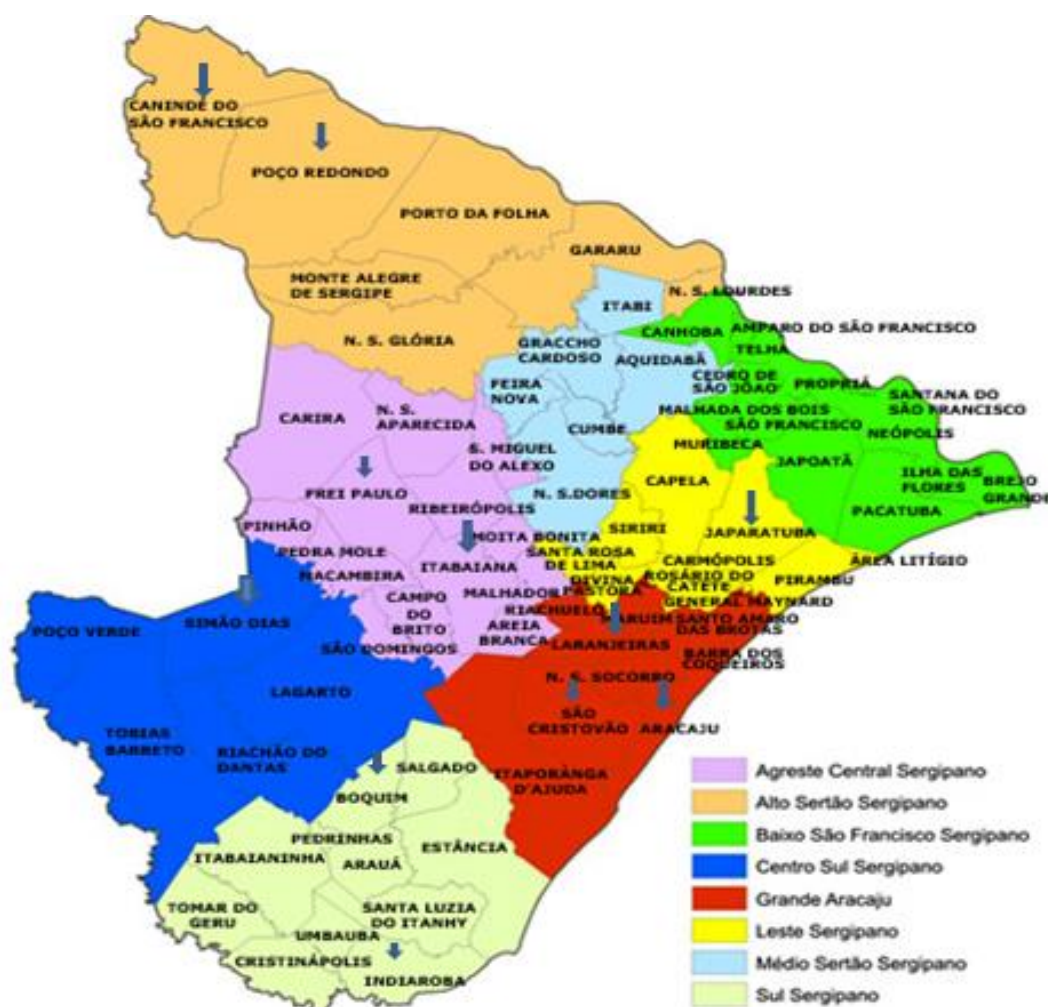


Gráfico 1

Como é possível observar no gráfico, dentre as oito regiões administrativas de Sergipe, a rigor, duas delas não possuem instituições com perfil museal, de acordo com a análise da topografia museal realizada ao longo da pesquisa. Nesse nicho,

incluímos os municípios que abrangem o Médio Sertão Sergipano e Baixo São Francisco.

Os demais complexos regionais, entretanto, detêm um número inexpressivo de espaços museais, exceto pela Grande Aracaju, que conta com vinte e oito instituições. Em meio à coexistência de memoriais, galerias, museus inovadores e tradicionais, três das citadinas instituições encontram-se, até o presente momento, desprovidas do devido cadastro junto ao IBRAM, a saber: CEMEL, Memorial Epifânio Dória, além do Memorial do Teatro Sergipano, desativado há três anos.

O Alto Sertão Sergipano, cuja cidade sede é Canindé do São Francisco, possui o Museu Arqueológico de Xingó, localizado no referido município, e o Memorial Alcino Alves Costa, fundado em Poço Redondo. Este, para efeito de análise, não encontra-se registrado no banco de dados do Instituto Brasileiro de Museus.

Foi possível identificar um quadro razoavelmente diferente no calor do Agreste Central Sergipano, sediado pelo quase bicentenário município de Itabaiana, o qual possui dois museus relativamente desconhecidos – porém significativos e representativos – que são responsáveis por narrar, mediante um bem elaborado projeto expográfico, a pujança da cultura política e musical daquele município. O Museu Artístico e Histórico Antônio Nogueira e o Museu da Música da Filarmônica Nossa Senhora da Conceição representam, de fato, a pedra basilar dos fazeres culturais itabainanenses. O Museu do Cangaço de Sergipe, localizado na zona rural de Frei Paulo, compõe o agrupamento.

O Leste Sergipano, por sua vez, possui uma solitária instituição museal, localizada na cidade de Japaratuba: o Memorial José Aciolli Sobral. A única instituição museal da região, entretanto, não opera sob os auspícios dos órgãos federais competentes, posto que é desprovida do devido cadastro.

Já a região Centro Sul, bem como o complexo que compreende o leste de nosso Estado, abriga o Memorial de Simão Dias, espaço privilegiado responsável por preservar e salvaguardar os fragmentos da história política, econômica e social de um dos municípios mais importantes daquele complexo regional. A unidade responsável por carregar consigo um significativo perfil museal, todavia, assim como o Memorial Otávio Aciolli, é mais uma “casa de *Mnemosine*” que transita pelos

recônditos alternativos do anonimato e não possui cadastro vinculado aos organismos supervisionados pelo IBRAM.

Por fim, a porção territorial que compreende o Sul de Sergipe, segundo a prospecção empreendida ao longo dessa investigação, é detentora de duas instituições museais, alocadas, desse modo, nos municípios de Boquim e Indiaroba: o Museu Raimundo Fonseca e o Memorial de Indiaroba, respectivamente.

No cômputo total, portanto, foram identificados 35 museus/espços com perfil museal em Sergipe, que permanecem distribuídos por seis regiões do estado.

Visando atribuir visibilidade as instituições museais que estão desvinculadas ao IBRAM e foram devidamente elencadas nas seções anteriores, criou-se um site para disponibilizar todas as informações necessárias dos espaços prospectados ao longo da presente pesquisa, o qual aborda conteúdos que versam desde o histórico dos espaços a composição de seus acervos, enfatizando os cidadãos museus e centros de memória que se encontram à margem do cadastro do Instituto Brasileiro de Museus.



Fig. 42 (Acesso: <https://sites.google.com/site/museusdesergipe/>)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de desenvolvimento da presente monografia buscou, em linhas gerais, promover os processos de identificação e mapeamento dos espaços institucionais detentores de perfil museal alocados em Sergipe, utilizando enquanto categoria analítico-contextual a construção do pensamento museológico brasileiro e seus antecedentes, bem como suas consequências na formação dos fazeres museológicos sergipanos, através das contribuições do IHGSE e José Augusto Garcez. O cidadão exercício visou, também, conferir visibilidade as instituições museais sergipanas que não possuem cadastro junto ao IBRAM mediante a realização de estudos de caso descritivos e confecção de um site, o qual publicizará as principais informações acerca dos espaços prospectados.

Em meio à extensa interpretação analítica que versou sobre o eixo narrativo desta atividade, fez-se necessário, diante de uma temática embrionária na ascensão acadêmica, imprimir algumas reflexões sobre os antecedentes conceituais dos museus, a fim de compreender toda a gênese do objeto de estudo em tela.

Num primeiro momento, pois, foi possível observar o progresso epistemológico atribuído ao fenômeno museu desde a formação da primeira coleção, eventualmente oriunda do Egito Antigo, até as primeiras atividades nas quais o “templo” se caracterizou como um centro de aplicabilidade da prática colecionista, datadas do período que remonta ao Império Romano. Dentro desse contexto, portanto, os museus adquiriram novos significados ao longo história.

Durante a Idade Média, contudo, o ato de colecionar se tornou obsoleto e ressurgiu nos idos do século XV, período em que o colecionismo irrompeu em todo o continente europeu. Não obstante, o homem encontrava-se sob a aura do movimento renascentista e fortaleceu, dentro daquela periodização, as famosas coleções principescas. Eis que nesse interlúdio de efervescência surgem, então, os Gabinetes de Curiosidades, bem como as coleções científicas, que eram comumente utilizadas para promover a simulação da natureza em espaços adaptados.

A partir dessa perspectiva, portanto, tornou-se possível compreender a formação dos primeiros museus na Europa, que introduziram, dentre outros

aspectos, um carácter científico àquelas instituições. O referido viés de análise explicitou, também, que a moderna representação conceitual de museu surgiu no âmbito da Revolução Francesa, evento responsável por infligir a instituição museal uma nova atribuição: a difusão do nacionalismo.

No Brasil, a criação do Museu Nacional, em 1818, cuja iniciativa foi acrescida a D. João VI, representou o estabelecimento do primeiro espaço museológico do país. Reproduzindo o discurso sustentado pela grande maioria das instituições museais europeias, a primeira “casa de *Mnemosine*” brasileira estava assentada nas práticas enciclopédicas e inspirou a criação de outros museus em terras tupiniquins.

O iminente rompimento das instituições museais com a narrativa enciclopédica, entre as décadas de 20 e 30, fez-me considerar, através de uma ostensiva revisão bibliográfica, que o pensamento museológico brasileiro começou a ser construído a partir da criação do Museu Histórico Nacional, presidido pelo jornalista, ativista político e museólogo Gustavo Barroso, que, assim como outros intelectuais, recebeu o devido respaldo do Estado para realizar os desdobramentos dessas atividades. Ministrando o primeiro curso de Museologia do país de 1932 a 1959, Barroso desenvolveu uma prática museológica voltada, sobretudo, para a utilização dos objetos enquanto documentos que evidenciavam a formação da nação brasileira, associando-os ao universo simbólico das elites e desprestigiando o multiculturalismo de um país continente.

Diante do exposto, compreendi que a instauração do SPHAN, também, caracterizou-se como um evento de destacada importância para a formação do pensamento museológico nacional, sobretudo por sua intempestiva participação no processo de institucionalização dos museus brasileiros durante a segunda metade da década de 30.

Analisando sob um aspecto geral, pode-se afirmar que os museus foram constituídos com vistas a instruir o povo mediante a proliferação da história e do civismo desde o período que remonta a Revolução Francesa, consolidando-se como um espaço que não demonstrava preocupação com o meio no qual estava inserido. Posto isto, em função de ostensivas críticas formuladas pela conjuntura intelectual e que foram direcionadas a atuação desses espaços privilegiados, os museus perpassaram por um contínuo processo de reformulação estrutural.

Nos idos da década de 70, portanto, as instituições museais são submetidas, em escala internacional e nacional, a um proficiente processo de renovação,

culminando em uma completa mudança na perspectiva dessas instituições, que passaram a compreender o público como o eixo em torno do qual suas articulações deveriam dialogar.

Ao interpretar analiticamente os reflexos da construção do pensamento museológico brasileiro na formação dos fazeres museológicos de Sergipe, entendi que o Museu Galdino Bicho, idealizado pelo Sociólogo Florentino de Menezes, representou o “nascimento da Museologia sergipana”, conforme atestou Nunes (2014). Após a atuação solo do primogênito espaço museal sediado nas instalações do IHGSE, surge o Museu de Arte e Tradição, cujo fundador foi José Augusto Garcez, grande precursor do movimento de renovação da Museologia de nosso estado.

Diante do exposto, entendi que as contribuições de Garcez, grande responsável por instaurar um movimento de ruptura com as tradicionais práticas de uma Museologia voltada para a fabricação duma identidade nacional, ao seguirem as matrizes impressas por Mário de Andrade, foram imprescindíveis para pavimentar a criação de novos museus em Sergipe.

Por fim, quando da realização do mapeamento dos museus alocados em Sergipe, de acordo com as prospecções levantadas no curso pesquisa, concluí que o nosso estado possui, em um terreno composto por memoriais, galerias, gabinetes de curiosidades e museus inovadores, um quantitativo de trinta e sete espaços com perfil museal, distribuídos, dessa forma, em seis zonas administrativas.

Dentre todas as regiões que abrigam instituições museais, pude evidenciar que a Grande Aracaju, responsável por concentrar surpreendentes vinte e oito “casas de *Mnemosine*”, capitaneia a lista de áreas com maior abrangência de museus. A cidade de Aracaju possui, entre espaços desativados e operantes, dezoito unidades, das quais três não possuem quaisquer vínculos com o IBRAM e suas competências. O Memorial do Teatro Sergipano (desativado), Memorial Epifânio Dória e o Centro de Memória Des. José Andrade Góes (CEMEL), portanto, estão à margem desse seleto panteão.

O município de São Cristóvão, por sua vez, abriga seis espaços museais – nesse nicho, incluímos Museu de Anatomia Professor Oswaldo Cruz e o Herbário ASE, ambos localizados na Universidade Federal de Sergipe. Portanto, conforme apurado no decorrer da construção desse manuscrito, somente o Museu da Polícia Militar não é, até o momento, devidamente vinculado aos organismos competentes.

Já a cidade de Laranjeiras, que fecha o circuito do complexo regional, detém quatro unidades rigorosamente assistidas pelas instâncias representativas.

A região Agreste Central, cujos municípios identificados foram Itabaiana e Frei Paulo, dispõe de três museus e ambos encontram-se cadastrados. As instituições museais de Itabaiana, inclusive, foram inseridas nesse nicho há alguns meses, quando o Instituto Brasileiro de Museus realizou a sua última atualização, em dezembro de 2015.

O Alto Sertão, por conseguinte, aglutina dois espaços museais alocados nos municípios de Canindé do São Francisco e Poço Redondo. O Museu Arqueológico de Xingó, consagrada instituição da região, contrasta com o desconhecido e, portanto, desprovido de cadastro Memorial Alcino Alves Costa, localizado na tradicional cidade de Poço Redondo.

A porção que compreende o Sul de Sergipe carrega consigo duas unidades museológicas nas cidades de Boquim e Indiaroba. Tanto o Museu Raimundo Fonseca quanto o Memorial de Indiaroba, a rigor, mantêm-se integrados às práticas adotadas pelo IBRAM.

As regiões Leste e Centro Sul, entretanto, possuem dois memoriais que estão abrigados nas cidades de Simão Dias e Japaratuba, respectivamente. O Memorial de Simão Dias e o Memorial Histórico Otávio Aciolli, segundo apurado nesse extenso processo de pesquisa, estão desprovidos, ainda, da assistência assegurada pela Política Nacional de Museus.

Com a elaboração desse manuscrito, espera-se que os espaços museais sergipanos, comumente inseridos no quadro de instituições “consagradas”, continuem fortalecidos, contribuindo para a construção do exercício da cidadania através de suas atividades extensionistas e das práticas que possibilitam a democratização de acesso as nossas referências culturais. Quanto às instituições detentoras de perfil museal que transitam pelo anonimato, a perspectiva é, efetivamente, conferi-las a devida visibilidade mediante a atuação do site intitulado “Museus de Sergipe”, visando advertir as instâncias competentes para que as devidas providências sejam realizadas, tornando públicas as principais características desses museus que representam o multiculturalismo do nosso pequeno Estado.

REFERÊNCIAS

ABREU, R. M. R. M. . Museus etnográficos e práticas de colecionamento: antropofagia dos sentidos. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 100-126, 2006.

_____. A cultura do mecenato: uma cultura possível?. In: Junior, José do Nascimento. (Org.). **Economia dos museus**. 1 ed. Brasília: MinC/IBRAM, 2010, v. 1, p. 163-203.

_____. Museus, ruínas e paisagens: patrimonialização e disputas de sentidos. In: Guimaraens, Maria da Conceição Alves de. (Org.). **Museografia e Arquitetura de Museus**. 1 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, FAU, PROARQ, 2010, v. 1, p. 190-212.

_____. Síndrome de Museus?. **Série Encontros e Estudos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 51-68, 1996.

_____. **Fabricação do Imortal: Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

ALMEIDA, Fernanda de Camargo e. **Guia dos Museus do Brasil: roteiros dos bens culturais brasileiros levantados em pesquisa nacional**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972.

ARAGÃO, I. R. A festa dos últimos Passos do Cristo: religião e religiosidade em São Cristóvão-SE. **Fragmentos de Cultura** (Online) , v. 26, p. 103-113, 2015.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Política Nacional de Museus**. Brasília, 2003.

BARROSO, Cristina Almeida Valença de. Lugares de Memória: Uma avaliação do Memorial Histórico Aciolli Sobral em Japaratuba/SE. In: **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal: Anpuh, 2013.

BARROSO, Cristina Almeida Valença de; CELESTINO, Tayara Barreto Souza de. Entre lugares e leituras: uma investigação da memória de João Ribeiro a partir de seus vestígios distribuídos no território sergipano. In: **Anais do VI Simpósio de História Cultural da Universidade Federal do Piauí**. Teresina: UFPI, 2012.

BOMFIM, Fágner dos Santos; SOUZA, Nara Vieira de. Dos templos religiosos católicos à formação do Museu de Arte Sacra: referenciais identitários da comunidade local do município de Laranjeiras, em Sergipe, nordeste do Brasil. In: **Anais do Seminário de Estudos Culturais, Identidades e Relações Interétnicas**. São Cristóvão: UFS, 2009.

BRASIL. Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais. **Cadastro Nacional de Museus**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, 2006.

CÂNDIDO, Maria Inês. Documentação museológica. In: **Caderno de diretrizes Museológicas**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006, pp.34-79.

CARVALHO, Vladimir Souza. **Santas Almas de Itabaiana Grande**. Edições Serrano: Itabaiana – SE, 1973.

_____. **A República Velha em Itabaiana**. Fundação Oviêdo Teixeira: Aracaju, 2000.

CONSIDERA, Andrea Fernandes. Museus de História Natural do Brasil: uma revisão bibliográfica. In: **Anais do XXVI Simpósio Regional de História**. Anpuh: São Paulo, 2011.

COSTA, Marcos de Farias. **Bibliografia crítica sobre João Ribeiro: (1881-1997)**. Alagoas: Marcos F. Costa, 1998.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade; Editora UNESP, 2001.

CHAGAS, Mário de Souza. **Museália**. Rio de Janeiro: JC Editores, 1996.

CHAGAS, Mário de Souza; GODOY, Solange de Sampaio. Tradição e ruptura no Museu Histórico Nacional. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 27, 1995.

CHAGAS, Mário de Souza; JÚNIOR, José do Nascimento. Museu e Política: apontamentos de uma cartografia. In: BRASIL, Ministério da Cultura, Departamento de Museus e Centros Culturais. **Caderno de Diretrizes Museológicas**. Brasília: DEMU/IPHAN, 2006.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. José Reginaldo Santos Gonçalves (org). 4 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

CURY, Marília Xavier. **Exposição, concepção, montagem e avaliação**. São Paulo: Annablume, 2005.

DODEBEI, Vera. Espaços mítico e imagético da memória social. In: **Memória e espaço**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000. p. 63-71.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu, PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **O que é Patrimônio e Cultural imaterial**. Col. Primeiros Passos, 331. São Paulo: Brasiliense, 2008.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. 2º ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

FREITAS, Itamar. **A escrita da história na casa de Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002.

GONÇALVES, J. Reginaldo Santos. Coleções, museus e teorias antropológicas: reflexões sobre conhecimento etnográfico e visualidade. **Cadernos de Antropologia Visual**, n. 8, 2001.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

JULIÃO, Letícia Jeud. Apontamentos sobre a História do Museu. In: **Caderno de Diretrizes Museológicas**. 2 ed. Brasília: MinC/ IPHAN/ DEMU, Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura/ Superintendência de Museus, 2011.

KUHLEN, Rainer. Informação: bem público ou privado?. In: **Sociedade da Informação: novo paradigma para as bibliotecas**. Rio de Janeiro: Goethe-Institut; Aliança Francesa; CRB-7, 19-20 de maio de 2005.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. **Memória e história**. Campinas: Unicamp, 1990. p.535-553.

LIMA, Marcelo Rangel; ARAÚJO, Ézio Christian Déda. Patrimônio Cultural e Novas Tecnologias: o caso do Museu da Gente Sergipana. In: **Anais do III Seminário Políticas para a Diversidade Cultural**. Salvador: MinC, 2014.

MENDONÇA, Elizabete Castro de. A musealização do patrimônio arqueológico em Sergipe: um estudo sobre endosso institucional e gestão de acervos coletados. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

MORAES, Eduardo Jardim. **Modernismo Revistado**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1988. p. 220-238.

MOURA, Maria Cecília Teixeira. Política Cultural e Museus no Brasil: tentando desvelar e entender para estabelecer um novo ponto de partida. **Cadernos de Sociomuseologia**, nº 07, 23-75, 1996.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. São Paulo, nº 10, 1993. p. 10-30.

NUNES, V. M. M.. Acervos da Casa de Sergipe: Um olhar sobre o Acervo Museológico (org.) Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. **História, Memória e Comemorações na Casa de Sergipe: Os 100 anos do IHGSE**. 1ª ed. Aracaju: IHGSE, 2014, v. 1, p. 187-199.

_____. O Museu do Homem Sergipano. **Revisa Patrimônio e Memória**. v.6, n.2, p. 78-96, dez.2010.

OLIVEIRA, Ludmilla Silva de. O patrimônio do agreste sergipano e seu processo de musealização. In: **Anais do IV Congresso Sergipano de História**. Aracaju: Anpuh, 2014.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio cultural: consciência e preservação**. São Paulo, Brasiliense, 2009.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

RUSSIO, Waldisa. Cultura, patrimônio e preservação. In: ARANTES, Antônio Augusto (org.) **Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SANTOS, Adalberto S. **Tradições populares e resistências culturais: políticas públicas em perspectiva comparada**. 2007. 253 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Brasília, UnB: 2007.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Memória-cidadã: história e patrimônio cultural. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 29, 1997.

SANTOS, Cláudio de Jesus. Era uma casa era um museu: a formação do pensamento museológico social sergipano em José Augusto Garcez (1948-1992). Aracaju, 2011.

_____. Realidade e destino de uma coleção: José Augusto Garcez e sua contribuição para a Museologia sergipana. **Revista Ventilando Acervos**, vol. 02, nº 02, 2014.

_____. José Augusto Garcez, precursor da museologia sergipana. **Jornal da Cidade**. Aracaju, 1/6/2009, p. B6.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museus Brasileiros e Política Cultural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 55, p. 53-72, 2004.

_____. **Museus brasileiros e política cultural**. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2004, vol. 19, no. 55, pp. 53-72. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092004000200004&lng=pt&nrm=iso]. Acesso em 02 de maio de 2016.

SANTOS, Laedna Nunes; MENDONÇA, Elizabete; BONFIM, Wellington. A lei federal 10.639/03 e o Museu Afro-brasileiro de Sergipe (MABS). **Revista Musear**. Ouro Preto, 2012.

SANTOS, Mariza Velloso Motta. Nasce a academia SPHAN. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 24, 1996.

SOUZA, Allyne Francine. Casa de Folclore Zé Candunga: um acervo a preservar. **Revista Museitec**, Laranjeiras, nº 2, vol. 1. 2013.

SOUZA, Wilma Alves de; SANTOS, Rosália Bispo. **Catálogo do Museu de Arte Sacra de São Cristóvão**. UFS, São Cristóvão, 1980.

TEDESCO, J. C. **Nas Cercanias da Memória: temporalidade, experiência e narração**. Passo Fundo-RS: UPF; Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2004, pp. 227-250.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2006.

VASCONCELOS, Cyndiane Escarlete Dias; AZEVEDO, Dênio Santos; ANDRADE, Talita Raquel. Turismo cultural no Palácio Museu Olímpio Campos: inclusão de surdos e uso da comunicação visual. In: **Anais do Seminário Museus, Cidades e Patrimônio**. Laranjeiras, 2013.

ZEN, A. M. D. Museu de rua, inclusão e harmonia social: reflexões em torno de uma metodologia para museus comunitários. In: **II Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola**, 2010, Buenos Aires.